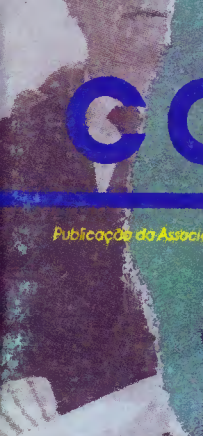
caminhos

Publicação da Associação Profissional dos Docentes da UFMG - Seção Sindical da ANDES - SN - jun/93 - Nº 7

CONJUNTURA EXIGE DEBATE



guntas dos jorna

te se r

nte ac

be idéia

por tel
ministr
riores
Olive
que
esp
par

Cá
(P
vá
qu
as

Cor
dradé
negoci
riais e
acordo
com t
único

ent

IMPRESSO

utopia

CONG

caminhos

Publicação da Associação Profissional dos Docentes da UFMG - Seção Sindical da ANDES/SN
Junho/1993 - Nº 7

EXPEDIENTE

DIRETORIA APUBH - Gestão 91/93
DIRETORIA EXECUTIVA:
Presidente: José Maurício Machado da Silva - ICEX-Mat. **1ª Vice-Presidente:** Délcio Vieira Salomon-FAFICH - Soc. e Antr. **2ª Vice-Presidente:** Carlos Eduardo A. de Castro - FAFICH - Soc. e Antr. **1ª Secretário:** Herzila Maria de Lima Bastos - FALE - Letras Germânicas **2ª Secretário:** Beatriz Alencar d'Araújo Couto - Arqu. Urb. **1º Tesoureiro:** José Antônio Armanelli - CP - 1º Grau **2º Tesoureiro:** Júlio Maria de Paulo - FAFAR - Farm. Soc. **Suplente:** Elza Machado de Melo - Medicina - Med. Prev. **2º Suplente:** Túlio Jorge dos Santos - ICEX - Física **Dep. Assuntos Salariais, Orçamentários e Legislativos** - José Henriques Maia Filho - FACE - Ciênc. Econômicas - **Assuntos de Aposentadoria:** Luiz Humberto Pinheiro - COLTEC - **Imprensa e Divulgação:** Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues (LOR) - Ed. Física **Publicações:** Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova - FALE - Semiótica e Teoria da Lit. **Assuntos de Carreira:** Marildes Marinho Miranda - COLTEC

Conselho Editorial:
Délcio Vieira Salomon - Paulo Roberto Saturnino Figueiredo - Cleuza Graça Fonseca - Vera Lúcia de Casa Nova - José Milton dos Santos

Gerência
Vânia Macedo Reis

Apoio
Fernanda Veloso Torres e Mary Oliveira de Assis

Jornalista Responsável (Edição e Revisão)
Mônica Santos (reg. prof. nº 2.964/MG)

Ilustração
Paulo Fatal

Projeto Gráfico
Dione Dutra e Alexandre Lourenço

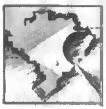
Editoração Eletrônica
Raniere Gonçalves de Lima

Impressão: Segrac (462-7857)

As opiniões expressas em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. As colaborações deverão ser enviadas à APUBH - Rua Artur Itabirano, 70 - São José - CEP: 31.275-020 - Belo Horizonte - MG - Telefone: (031) 441-7211 - Fax: (031) 441-1303

Os artigos terão, no máximo, 120 linhas (ou 5 laudas), datilografadas em espaço 2 com a identificação e endereço do autor para eventual contato. De comum acordo com os autores, "Caminhos" reserva-se a iniciativa de propor mudanças de títulos e/ou passagens de texto para melhor adequá-la às exigências de caráter editorial.

ÍNDICE



C O N J U N T U R A
Revisão constitucional carece de uma união de forças
- Maria Carlota de Souza Paula 05

O novo na dinâmica das relações internacionais
- Vera Alice Cardoso Silva 12



D E S A F I O S
Do sonho de Piaget à transdisciplinaridade no ensino universitário
- Délcio Vieira Salomon 22

A articulação das linhas de pesquisa na pós-graduação
- Maria Aida Arancibia Jensen 32



D E B A T E
Alternativas para uma universidade mais democrática
- Celson J. da Silva 37

Por nova postura no aproveitamento dos aposentados
- Fernando Pimentel de Souza 47



C & T
Brasil deve ter posição autônoma na lei de patentes
- José Maurício Machado da Silva 52



E N S A I O
Desconfiar das imagens é sinal de consciência
- Júlio Pinto 57



C U L T U R A
Ironia utópica marca a literatura portuguesa
- Lélia Parreira Duarte 62

A multiplicidade da faculdade de Filosofia
- Luiz de Carvalho Bicalho 67



E X T R A
Charge
- Lor 72

Êxtase
- Marcus Bacamarte 73

EDITORIAL

Momento preocupa e convida a maior reflexão

Embora com atraso, sai o sétimo número de "CAMINHOS"

A perplexidade "pós-impeachment" que tomou conta de todos, certamente retardou a inspiração e o ato de escrever dos que fazem a revista. A ela somaram-se a greve dos servidores públicos federais (de que a ANDES-SN e APUBH-S. Sind. foram integrantes) e a canalização de forças e atenções para os novos rumos que o Brasil urgentemente necessita traçar e seguir, mas tristemente tumultuados pelas hesitações e explosões temperamentais do Sr. Itamar Franco.

Paradoxalmente esta conjuntura deveria ser um convite à reflexão a ser estampada neste número. Sabemos que ela é alimentada pela "crise da esquerda" no mundo de hoje e pelo cenário internacional conturbado diante da onda de violência, de separatismo, de preconceitos e, sobretudo, de miséria que graça no terceiro e quarto mundos.

Infelizmente não se conseguiu que preocupações, reflexões e análises deste gênero se concretizassem em abordagens escritas em nossa revista.

Apenas foi possível o registro de parte desse desejado discurso.

Neste número destacam-se cinco trabalhos que se ocupam do assunto mais relevante para a "Caminhos": a Universidade.

Incluem-se entre os que pensam na contemporaneidade da nossa instituição: o fenômeno da transdisciplinaridade que surge como o projeto da universidade do próximo século; a pesquisa, aqui vista pragmaticamente, enquanto há motivo para se deter nas linhas de abordagem da pós-graduação da UFMG; a democracia na Uni-

versidade, tipicamente configurada na próxima "eleição" do Reitor da UFMG; o problema da recontratação dos professores aposentados diante do hiato criado pelo afastamento dos inativos e a carência de novos quadros, e, finalmente, o papel que representou para a UFMG a Faculdade de Filosofia, unidade matriz e síntese da universidade de todos os tempos.

Aparentemente são temas desligados entre si, mas no fundo relacionam-se, como o leitor atento poderá perceber.

O principal elo dessa associação é a constante atuação do Movimento Docente (MD), a fim de fazer da Universidade uma instituição presente e atuante face aos reclamos de nosso tempo.

A conjuntura internacional mereceu um estudo de especialista na área, enquanto a articulista se ocupou da nova ordem que se apresenta para todos os países. Outro texto conjuntural aponta as preocupações da autora voltadas para a revisão Constitucional que se avizinha.

Em Ciência e tecnologia foi feita uma abordagem sobre a "lei de patentes" — objeto de grande polêmica nacional.

Por ser um periódico eclético (no legítimo sentido de sua origem etimológica!), CAMINHOS brinda-nos com mais de um estudo sobre matéria interessante: o primeiro, um tanto quanto nietzcheniano, é sobre "a ficção que não mente e a ciência que não diz a verdade" e o outro, sobre a ironia, enquanto componente da utopia.

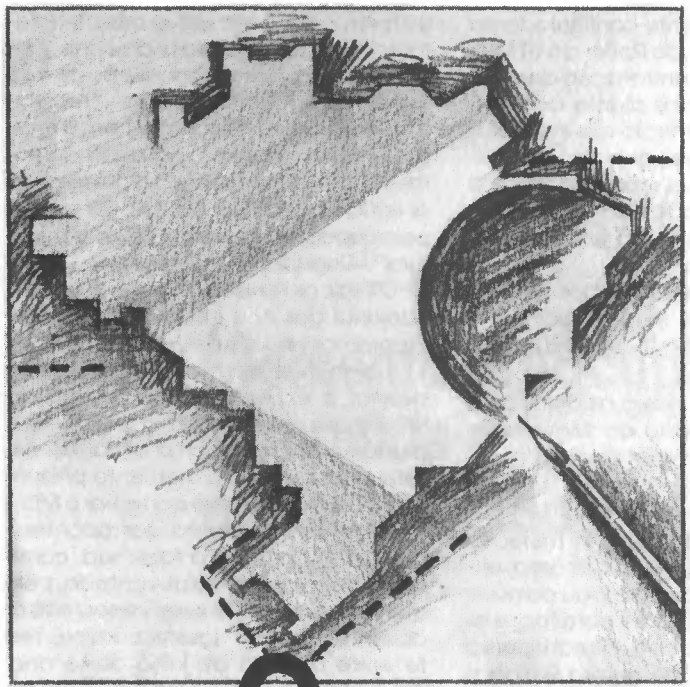
Quando o Conselho Editorial se reuniu para projetar este número de CAMINHOS, ficou decidido que se daria ênfase ao papel do MD na conjuntura atual. Tentou-se conseguir contribuições dentro da temática. Praticamente, porém, quase nada foi concretizado. A própria greve, de certo modo, recém-abortada na UFMG, revelou que o MD está em crise. E em grave crise. Introjetamos as perplexidades nacionais e internacionais. Nossas bandeiras de luta se não foram — felizmente! — recolhidas, ao menos não contam com o mesmo entusiasmo de sustentação da primeira hora, quando foram erguidas. Está aí o XXVI CONAD da ANDES-SN com a preocupação do tema "MD e conjuntura". Quando este número de CAMINHOS sair, os resultados desse encontro nacional das ADs estarão divulgados. Esperamos novas luzes!

Latentes pairam a necessidade, o desejo, a expectativa de revisão do MD: "para onde caminha o MD?" é o grande problema; como o grande desafio colocado pelo momento presente é: "para onde deve caminhar o MD".

A APUBH — atenta aos acontecimentos — começa a fazer sua, como prioritária, a questão já levantada, pelo que planejou um "survey" a ser realizado entre 5 a 20 de agosto, com pré-teste entre 01 e 05 de julho deste ano. Aguarda-se que o próximo número de CAMINHOS revele os resultados desta pesquisa.

Sua importância é avalizada pela tese histórica que a própria CAMINHOS em seu quarto número teve oportunidade de mostrar: "sem o MD não há salvação para a Universidade", sobretudo a universidade pública, gratuita, democrática, autônoma e de boa qualidade, ou seja, a legítima universidade por nós defendida.

Como o principal leitor de CAMINHOS é o professor engajado no MD, nossa revista acredita estar contribuindo significativamente para esta empreitada. Ao mesmo tempo aguarda deste leitor/autor relevante contribuição.



CONJUNTURA

- A professora Maria Carlota de Souza Paula aponta a necessidade de um esforço de integração da sociedade em torno de um projeto global na revisão constitucional, indicada para iniciar em outubro. Só assim, acredita ser possível viabilizar o cumprimento dos dispositivos constitucionais
- A novidade na ordem internacional não é o fim da Guerra Fria, para a professora Vera Alice Cardoso Silva, mas a dinâmica de interações entre estados, economias e sociedade, comandada por exigências tecnológicas e controle do capital financeiro

MARIA CARLOTA S. PAULA

Revisão constitucional carece de uma união de forças

A transição para o regime civil no Brasil foi marcada por articulações políticas indefinidas e pouco consistentes. A desarticulação reflete a inexistência de um projeto, minimamente acordado e coerente, de desenvolvimento nacional entre as multifacetadas forças sociais em luta pela redemocratização. No processo produziram-se campanhas grandiosas como a das "diretas já", mas não se aprofundaram as soluções referentes à administração pública e à promoção do desenvolvimento, que os governos subseqüentes haveriam de se deparar.

Em conseqüência, o reordenamento das forças políticas deu-se de maneira dispersiva. A grande maioria das agremiações partidárias não tem demonstrado força suficiente para sustentar propostas alternativas para a reestruturação do Estado e da economia, de forma integrada e com relativo grau de legitimidade social. Mesmo os partidos mais organizados têm dificuldades para estabelecer uma coesão interna ao redor de um programa mínimo. Isto prejudica o desenvolvimento de uma ação onjunta como partido, comprometendo sua credibilidade junto a sociedade civil e a construção da legitimidade perante as organizações representativas e a população em geral.

A proliferação de "frentes" durante e depois do processo de transição é uma das provas mais contundentes da fragilidade das representações partidárias no Brasil. Outras manifestações de fragilidade de nossa representação política é a pulverização de correntes intra e inter- partidárias e a débil participação política dos diversos segmentos da sociedade. Isto gera um sistema político atomizado, voltado diretamente para interesses de grupos particulares não comprometidos com o processo de desenvolvimento na sua dimensão nacional.

O mais recente exemplo da falta de um projeto político minimamente coerente com a composição de "frentes" foi o do plebiscito sobre o sistema de governo. Na campanha, constatou-se que não havia nenhum projeto definido e discutido sobre forma ou sistema de governo no âmbito dos partidos, do Congresso e da sociedade. A gravidade da constatação aumenta se se considera que o plebiscito estava previsto desde 1988. A sua antecipação por seis meses não deve servir de justificativa para sua inexistência nem de atitude mais complacente com relação à precariedade das propostas ou com a superficialidade do debate havido. Pelo contrário, a antecipação foi a única proposta mobilizadora do Congresso sobre o tema. Infelizmente, a oportunidade do debate ocasionado pelo plebiscito perdeu-se no que havia de menos importante, a data. A bem da verdade, devem ser registradas algumas preocupações, esporádicas e individuais, com as questões centrais relacionadas à mudança do sistema de governo ou à reestruturação do Estado, dois temas essenciais à viabilização de um projeto de desenvolvimento.

A vitória do presidencialismo não elimina a necessidade de definições sobre a institucionalização política, a reestruturação do Estado ou a retomada do desenvolvimento econômico e outras questões. Esta definição é necessária para que se possa implementar a reforma da Constituição de 1988 prevista para outubro próximo. Torna-se inadiável a remoção dos dispositivos parlamentaristas na Carta Magna. Da mesma forma, é imprescindível eliminar as inúmeras distorções, historicamente acumuladas, na organização do Estado brasileiro, para que se crie uma estrutura governamental que viabilize ações coerentes no sentido da governabilidade e da promoção do desenvolvimento.

Os elos fisiologistas e particularistas ficaram claros nas alternâncias das articulações e no incongruente debate sobre o sistema de governo, desde a Constituição de 1988, quando nenhum partido ou força política exerceu o papel de maioria. Esta constatação é mais uma demonstração da inexistência de partidos cujos programas se baseiem em sólidas convicções a respeito de temas vitais para a condução da vida política nacional ou para o exercício do governo, uma organização institucional e administrativa mínima que viabilizasse a execução de um projeto nacional de desenvolvimento. Ter ou não ter este projeto parece ser uma questão de menor importância para os "representantes" políticos, porque sua ausência facilita a realização de interesses particulares (seus ou de grupos) através de alianças negociadas caso a caso, sem considerações mais amplas em termos de desenvolvimento nacional. Esta ausência torna-se mais grave porque o país não dispõe de normas e padrões mais rígidos de administração pública, facilitando a malversação do dinheiro público ou quando não da corrupção.

Sendo praticamente impossível a adoção de um projeto único que sustente um grande pacto nacional, torna-se urgente a existência de discussões que se traduzam em projetos alternativos ao redor dos quais se estabeleçam articulações ou alianças políticas capazes de promover o desenvolvimento. Não se observam, porém, elementos organizados e com capacidade mobilizadora para conduzir a discussão sobre mudanças nacionais de forma a sedimentar projetos desenvolvimentistas, independentes de sua orientação ideológica. Isso é igualmente válido para as forças que defendem um projeto neo-liberal, a julgar pelos muitos equívocos em torno da concepção de uma economia liberal moder-

na no Brasil e pela diversidade de orientação entre as facções que se perfilam pelo mesmo ideário. Definem-se como neo-liberais tanto aqueles que promoveram o recente desmantelamento do Estado até outras forças políticas (mais avançadas), defensoras da reestruturação do Estado mas conscientes de seu papel indutor e regulatório no processo de desenvolvimento.

No vácuo programático que se perpetua, continuam a prevalecer os interesses particulares e as alianças pontuais, que não garantem a coerência e a integração entre as inúmeras matérias discutidas e votadas pelo Congresso Nacional, aí incluídas aquelas de iniciativa direta do poder executivo. Neste contexto, a atuação do Congresso fica sensivelmente reduzida à discussão fragmentada de projetos isolados, independentemente dos vínculos mais amplos dos projetos com o Estado, a economia ou a sociedade. No âmbito do executivo, as políticas e programas são ditados por interesses ministeriais, também atomizados e muitas vezes contraditórios entre si, dado que a escolha de seus titulares não se pauta por projetos governamentais integrados.

Cidadania e Organização Social

A formação da cidadania e a consolidação deste país enquanto Nação parecem ser a questão maior dentre os obstáculos para a construção desta ação política organizada. É o caminho que pode levar a um sistema de representação mais efetivo, a formas de participação e controle mais fortes da sociedade brasileira na definição de sua própria organização, de suas metas de desenvolvimento e das respectivas estratégias de implementação dos programas gerados pelo governo e por outros atores sociais.

Dentro do legislativo, a ausência de propostas partidárias sobre outros temas urgentes, como a legislação sobre partidos, sistema eleitoral, financiamento de campanhas, ou o sistema de representatividade no Congresso, é outra manifestação da permanência da fragmentação política inter e infra partidárias. A tomada de posição sobre estes temas tornaria o legislativo mais comprometido com a criação de uma verdadeira nacionalidade.

A formação da cidadania e a consolidação deste país podem levar a um sistema de representação mais efetivo

A atual composição do Congresso privilegia a representação regional, em detrimento da representação com base populacional. Esse sistema, aliado ao forte peso de representações conservadoras e fisiologistas, coloca problemas importantes para a definição das ações do Congresso e para a tomada de decisões relacionadas aos mais importantes projetos. A introdução de correções no sistema de representação, segundo o princípio de cada homem um voto, dependerá, para ser adotada, dos votos dos atuais representantes. Isto sinaliza as dificuldades para que uma solução desta ordem seja aprovada no âmbito exclusivo do Congresso Nacional.

As deficiências do sistema repre-

sentativo em vigor e as dificuldades para aprimorá-lo passam pelo forte sistema de privilégios, por preconceitos regionais, pela posição de confronto que se fortalece no Congresso entre representações regionais e, sem dúvida, pelos esquemas de corrupção relacionados às formas mais arcaicas e mais fisiológicas de administração dos recursos públicos.

Sem dúvida alguma, todo este quadro está estreitamente relacionado à precariedade do sentimento e do exercício da cidadania e, sobretudo, de um projeto de Nação para o Brasil. Sem estas condições, poucas são as chances de êxito para qualquer reforma em nível mais abrangente. Da mesma forma, o Estado jamais será capaz de cumprir algumas de suas funções essenciais, como a institucionalização de instrumentos para criar e distribuir a riqueza e, portanto, para a promoção do desenvolvimento e da democracia.

Dessa forma, ao se discutir a reforma constitucional, julgamos que importantes condicionantes para sua realização e êxito têm a natureza muito mais profunda do que a simples revisão de aparentes ou reais inconsistências existentes no texto de 1988. Não se pode correr o risco de que a ação se concentre em questões marginais e acessórias, sem gerar o ordenamento jurídico-constitucional correspondente e sustentador de um Estado democrático capaz de fortalecer o Brasil enquanto Nação e contribuir para viabilizar um desenvolvimento sustentado e menos perverso do ponto de vista social.

A revisão constitucional não pode restringir-se a embates pontuais entre as diversas correntes e interesses atuantes ou influentes no Congresso Nacional. Lembrar isso é de particular importância quando se contrampõem os aspectos sociais e econômicos, refletindo-se nos princípios relativos à organização do Estado e da economia.

De certo modo, isso ocorreu na Constituinte de 1988. Hoje, já presenciamos movimentos contra a revisão, justificados pelo medo de perder ganhos então obtidos, dentre os quais alguns relacionados à área social. Neste sentido, apesar do risco ser real, tal atitude demonstra a incapacidade das forças políticas para gerar projetos mais amplos e integrados, uma articulação em torno de algum projeto de desenvolvimento. Isso é reforçado pela inflexibilidade da postura de grupos tradicionais e dominantes que julgam ainda possível promover o crescimento nacional na mesma base concentradora e excludente, como se a dinâmica desse crescimento não necessitasse da construção de uma sociedade menos miserável e mais participante, como trabalho e mercado, contribuindo e absorvendo benefícios dos avanços científico, tecnológico e produtivo. Há, além disso, os aspectos éticos e humanitários, que obrigam rever a vergonhosa injustiça social crescente no país.

Mesmo por parte de segmentos socialmente mais avançados, lutar "a priori" contra a revisão como um todo, é o reconhecimento de sua fraqueza enquanto força social e política. Representa ainda a continuidade de uma situação constrangedora, qual seja a inclusão de direitos sociais no texto constitucional de 1988, sem obter as correspondentes garantias para seu cumprimento. Cabe agora lutar por instrumentos que viabilizem a implementação e o cumprimento dos referidos avanços, muito embora se saiba que muitos deles voltarão a ser questionados. De qualquer forma, é necessário buscar alternativas que mudem o fato do país dispor de uma das mais avançadas constituições do ponto de vista social, e conviver com uma miséria ímpar e crescente, dispondo também de um dos piores índices de distribuição de renda do mundo.

Por maiores e melhores que sejam os aperfeiçoamentos incorporados à Constituição, não se pode repetir a expectativa de que com ela tenham sido solucionados os problemas nacionais. O caráter imperativo de uma Constituição é insuficiente para imprimir mudanças automáticas na atuação governamental. A efetivação dos princípios constitucionais depende de políticas que lhes dêem vida e os consolidem como "instituições" definidoras da natureza da organização sócio-econômica e política da sociedade brasileira.

Os ideais e as diretrizes ali contidos somente se realizarão por meio de mudanças concretas nas formas de governar e de administrar os recursos nacionais. E, principalmente, nas formas de relacionamento que se estabelecerem na realidade brasileira entre os diversos segmentos sociais e os atores políticos e econômicos. A ênfase social assumida na Constituição de 1988 representou a incorporação de ideais muito mais do que um reflexo da atual sociedade brasileira. Para que esses ideias possam se concretizar, deve haver um árduo trabalho em nível da política quotidiana. Antes de tudo, são necessárias instituições políticas fortes e democráticas, ao mesmo tempo em que se tornam imprescindíveis canais e instrumentos de participação efetiva dos diversos segmentos sociais envolvidos.

A revisão constitucional não pode ser vista como instrumento último de transformação e desenvolvimento da sociedade. Também não se pode negar a imperiosidade de realizar um esforço de integração de suas diversas partes em torno de um projeto global minimamente acordado entre as forças da sociedade que viabilize o posterior cumprimento dos dispositivos constitucionais.

Se os segmentos socialmente avançados devem defender a manutenção de seus ganhos no texto de 1988, são também obrigados a lutar por mudanças relacionadas ao papel do Estado e à organização da economia que permitam gerar e alocar recursos para o cumprimento dos compromissos sociais e para a alavancagem do desenvolvimento. Não há dúvida de que alguns itens relacionados à área social terão de ser revistos, ainda que sob resistência de muitos segmentos interessados. No que se refere à Previdência Social, o sistema de aposentadorias nos parece um exemplo de destaque. Sem duvidar dos argumentos que relacionam estas conquistas com as condições de vida de grande parte da população brasileira, alternativas terão de ser encontradas. Seja pela geração de recursos suficientes para o pagamento das despesas decorrentes dos compromissos sociais, ou por outras formas que evitem que o país tenha sua conta social seriamente intensificada por várias distorções.

É necessário buscar alternativas que mudem o fato de o país ter uma constituição avançada socialmente e conviver com a miséria crescente

Além do aspecto financeiro, a conseqüência mais grave da aposentadoria precoce é a dispensa de recursos humanos qualificados essenciais ao desenvolvimento no momento em que

desfrutam de plena maturidade intelectual, quando deveriam contribuir socialmente e retribuir os investimentos feitos em sua formação. Na revisão, não haverá como fugir de questões desta natureza e não nos parece correto que forças comprometidas com o desenvolvimento nacional tentem delas se afastar. Na verdade, dadas as grandes disparidades de condições e oportunidades de que dispõe a população brasileira, há que se pensar em formas diferenciadas que não prejudiquem os menos favorecidos mas que também não onerem de forma crescente os recursos nacionais em favor de minorias privilegiadas.

Pelas razões apresentadas, julgamos que deve ser realizado um sério esforço prévio à revisão, voltado para avaliar, em cada setor e em suas interações, as necessidades de produzir um texto constitucional congruente que possa realmente constituir-se nas grandes diretrizes ordenadoras e definidoras das funções do Estado e do governo. Mas, voltamos a repetir, não se pode esquecer as limitações deste texto que, por representar as bases mais amplas desta organização, necessita ser traduzido pela legislação regulamentadora em normas práticas, coerentes e exequíveis em nível da administração pública e do relacionamento entre os diversos atores sociais, econômicos e políticos no país.

É significativo e grave o fato de chegarmos à revisão constitucional sem que grande parte da nova Constituição tenha sido regulamentada. Uma rápida leitura da Constituição é suficiente para demonstrar a abundância de dispositivos que estabelecem, por exemplo, "A lei disciplinará...", "a lei estabelecerá...", "... na forma da lei", "a lei poderá...", etc. As controvérsias relacionadas à lei do impedimento do Presidente da República foram apenas um exemplo do vazio jurídico decorrente da falta de consolidação da Constituição de 1988, gerando uma sobrecarga para o Judiciário e uma forte morosidade, quando não inércia, nas atividades governamentais.

Por que estes dispositivos não foram regulamentados? A resposta mais usual baseia-se na convicção de que o Congresso não exerce suas atividades com a devida presteza e de que os parlamentares estão mais preocupados com questões imediatas, como eleições e disputas de cargos no governo. Ainda que muitas destas críticas possam ser verdadeiras, a não votação da legislação complementar se deve à inexistência de programas partidários e de projetos nacionais que sirvam de balisamento para as discussões parlamentares, para as alianças políticas e para a tomada de decisões. Conseqüentemente, não há clareza nem consenso mínimo sobre muitos dos assuntos a serem regulamentados. Nem se fazem discussões e avaliações profundas sobre questões centrais envolvidas nos preceitos constitucionais e em seus desdobramentos. As dificuldades mencionadas para se estabelecer posicionamentos prévios sobre as questões, bem como a amplitude dos interesses contraditórios que se formam ao redor das mesmas, suscitam, inevitavelmente, fortes controvérsias e debates que se estendem por longo tempo e com poucos resultados.

Quanto maior o espectro de interesses e quanto mais profundas as divergências, maior a possibilidade de que a atual revisão constitucional seja utilizada para tentar mudanças mais amplas em seus princípios, correndo-se o risco de que o exercício revisor se torne impraticável, ao ter que manipular propostas variadas e amplas, como se estivéssemos em pleno processo de elaboração de uma nova Constituição. Por isso, é importante mobilizar a sociedade e seus representantes, não so-

mente para defender a inclusão ou a manutenção de seus interesses diretos como preceitos constitucionais, mas para garantir dispositivos que regulamentem as obrigações dos diversos níveis de poder e das instituições executoras de políticas, bem como formas e instrumentos de participação e controle social.

Muitas das proposições já feitas no Congresso em termos da regulamentação constitucional, independente da avaliação de seu conteúdo, decorrem de visões pessoais dos respectivos autores. Porém, como os interesses que envolvem a aprovação das diversas leis são múltiplas, cria-se, após a apresentação das propostas, uma disputa acirrada em torno das opções possíveis, muitas vezes dificultando ou retardando a votação das matérias, dado que esta disputa quase nunca se baseia em posições partidárias e mais organizadas. Em outros casos, há problemas que caem em um aparente esquecimento, até que exigências concretas o tragam à tona, como o caso do impedimento. Nestas circunstâncias, muitas vezes aprovam-se soluções emergenciais que nem sempre atendem às necessidades de regulamentação constitucional. Por isto, não rara vezes, aprovam-se proposições de última hora, sem que passem pela devida discussão com a sociedade ou nem mesmo dentro do próprio Congresso.

Além do esforço para solucionar tais impasses, é necessário criar uma perspectiva mais ampla para a revisão do texto constitucional, procurando também compreender seus desdobramentos em termos políticos, econômicos, sociais e administrativos. Para isto, é importante aprofundar o debate, mantendo-o vivo desde já, com o objetivo de gerar propostas a serem oferecidas aos parlamentares durante o processo revisor.

Destaca-se a necessidade de selecionar e discutir tópicos da Constituição com vistas a realizar propostas legislativas regulamentadoras, além de analisar cuidadosamente as mudanças que se fazem necessárias nos atuais dispositivos constitucionais, de modo especial aquelas relacionadas ao sistema eleitoral e representativos, à adequação do sistema de governo vitorioso e à respectiva organização do Estado, bem como à organização econômica.

Dentro deste escopo de atividades, a revisão constitucional deverá orientar-se por três objetivos: 1) introduzir mudanças e cobrir lacunas consideradas importantes, mas com o cuidado de não se dar à Constituição uma amplitude inexequível e cerceadora; 2) eliminar as contradições existentes no texto de 1988; e 3) acelerar o processo de regulamentação da legislação complementar, estabelecendo parâmetros e diretrizes para as diversas políticas, que deverão ser, posteriormente, implementadas com vistas à institucionalização dos preceitos constitucionais.

A maior contribuição ao exercício da cidadania ativa por parte dos setores organizados da sociedade e das instituições voltadas para a reflexão sobre a vida nacional é iniciar agora uma análise ampla e profunda da Constituição de 1988, com vistas a gerar propostas viáveis que consolidem um arcabouço jurídico-constitucional que contribua para o fortalecimento da nacionalidade e para o avanço do desenvolvimento brasileiro.

Maria Carlota de Souza Paula
Pesquisadora do CNPq e ex-assessora de Comunicação de Relações Exteriores da Câmara Federal

VERA ALICE CARDOSO SILVA

O novo na dinâmica das relações internacionais

A expressão "nova ordem internacional" tornou-se popular na década de 60, quando o movimento do não-alinhamento indicava restrições de países do Terceiro Mundo ao domínio das duas superpotências — Estados Unidos e União Soviética — sobre os rumos das relações internacionais.

Naqueles anos, o não-alinhamento significava a recusa da visão do mundo dividido exclusivamente em termos da oposição ideológico-militar Leste/Oeste e a defesa de um outro alinhamento, a saber, a união dos países atrasados frente aos mais ricos e poderosos.

Os defensores do não-alinhamento preconizavam mudanças profundas nas relações entre os estados nacionais, clamando por uma "nova ordem internacional". Advogavam a institucionalização de um novo conjunto de procedimentos que assegurasse, simultaneamente, a melhoria dos termos de intercâmbio para os países produtores de matérias-primas e o compromisso formal de os países ricos reservarem parte de seu Produto Nacional Bruto (PNB) para a formação de um fundo de fomento ao desenvolvimento dos mais pobres.

Dos anos 60 e ao final dos anos 80, o não-alinhamento produziu efeitos diversos, contribuindo em parte para alterar a dinâmica das relações internacionais. Poucos países do Terceiro Mundo evitaram algum tipo de vinculação política com uma das duas superpotências quer dando apoio, quer sofrendo algum tipo de intervenção. Várias iniciativas de governos e de organizações internacionais resultaram em ampliação da capacidade de pressão de países do Terceiro Mundo no plano das relações internacionais. Entre estas iniciativas destacam-se a formação de UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para as Questões de Comércio e Desenvolvimento) e da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

Os defensores do não-alinhamento sempre argumentaram que o principal problema mundial era o da divisão entre países ricos e pobres e que a pobreza dos últimos decorria, essencialmente, dos termos do comércio internacional, consistentemente penalizando exportadores de matérias- primas e importadores de serviços, capital e bens manufaturados. A criação da UNCTAD dentro da Organização das Nações Unidas representou o reconhecimento público, no plano internacional, da existência de aspectos politicamente manipuláveis visando a superação do atraso e subdesenvolvimento de estados nacionais. Em decorrência de tal reconhecimento, foram aprovadas várias resoluções na ONU instituindo a responsabilidade dos países desenvolvidos na manutenção de políticas de melhoria das condições de saúde e de formação de recursos humanos em diferentes partes do Terceiro Mundo.

Mas, provavelmente, a conseqüência mais significativa do não-alinhamento para a dinâmica da política internacional foi o fortalecimento do Direito Internacional como ponto de referência para dirigir as opções e orientações dos governos nacionais em suas relações externas.

De fato, o não-alinhamento estimulou a formação de organizações internacionais, reunindo governos ou entidades privadas, cujas iniciativas e demandas têm contribuído crescentemente para a consolidação de regulamentações específicas que diminuem a área de atuação totalmente autônoma de atores internacionais. As organizações relacionadas à regulamentação de atividades econômicas que têm conseqüências ambientais têm sido particularmente importantes. Este é o caso, por exemplo, das entidades que discutem diretrizes para a pesca em águas internacionais e daquelas que controlam as condições de construção e operação de usinas nucleares. No rumo da constituição de um "governo mundial" destaca-se a ação da **Anistia Internacional,** entidade cujo reconhecimento por parte de governos e da Organização das Nações Unidas tem fortalecido uma concepção supracional de direitos humanos.

As mudanças decorrem dos avanços da tecnologia e da evolução das formas de organização da economia capitalista

O aumento da capacidade de pressão por parte dos países do Terceiro Mundo, no plano das instituições organizadas internacionalmente, bem como a expansão do âmbito de atuação e de reconhecimento do Direito Internacional são aspectos novos e promissores na política internacional nesta segunda metade do século XX.

Esta mudança positiva, no entanto, deve ser contraposta a outras alterações do sistema internacional, nem todas favoráveis à expansão daquilo que se poderia identificar como tendência à "democratização" da política internacional.

Os blocos econômicos

Tais alterações podem ser englobadas em dois grupos de mudanças, a saber, mudanças na própria estrutura-

ção econômica do sistema internacional e mudanças no formato de sua organização política com o surgimento de blocos econômicos.

Em artigo publicado originalmente em 1986, o economista Peter Drucker analisou as características dominantes da estrutura do que chamou de "economia mundial" neste final de século. Segundo Drucker, três mudanças fundamentais parecem irreversíveis e afetam profundamente a posição dos estados nacionais no sistema internacional: 1º) a economia industrial praticamente não depende mais da produção de bens primários (matérias-primas vegetais, animais e minerais); 2º) na economia industrial, a organização da produção desvincula-se cada vez mais do emprego, ou seja, dos movimentos e alterações da mão-de-obra; 3º) as transações financeiras e não mais o comércio de bens e serviços passaram a ser a força impulsionadora da economia mundial. As duas primeiras mudanças decorrem essencialmente de avanços da tecnologia. Matérias-primas produzidas em laboratório; redução significativa do uso de matérias-primas naturais em produtos acabados; aumento da produtividade do trabalho e utilização cada vez mais ampla de técnicas de automação nas linhas de produção: eis aí uma lista generalizante de aplicações da pesquisa científica dirigida para aumentar a eficiência dos recursos produtivos. Tais aplicações têm contribuído para reduzir consistentemente o emprego industrial, principalmente nos países desenvolvidos.

A terceira mudança decorre da evolução das formas de organização da economia capitalista, baseada no lucro. Segundo Drucker, a "economia simbólica" — constituída pelos movimentos de capital, taxas de câmbio e fluxos de crédito — dá as cartas da economia mundial, apesar de a "economia real" — constituída pelos fluxos de bens e serviços — continuar consistentemente a crescer. O peso do setor financeiro chega a ser 25 vezes superior ao volume de transações comerciais de produtos e serviços.

Os países ricos beneficiam-se do dinamismo das transações financeiras para manter a dinâmica da economia interna e o equilíbrio em suas balanças comerciais. A estratégia principal para manterem o controle do sistema financeiro internacional alia a manipulação das taxas cambiais às de juros, que comandam os empréstimos internacionais. Por exemplo, os Estados Unidos continuam a ser os donos da "moeda-reserva" internacional, o que lhes garantem manter a hegemonia econômica, apesar de sua dívida externa ser a maior do mundo.

São poucos os países que têm condições efetivas de influir na direção e movimento da "economia simbólica". Fazem parte do chamado **Grupo dos Sete** (Estados Unidos, Alemanha, Japão, Grã-Bretanha, França, Canadá e Itália), mas, de fato, são redutíveis a três, a saber, Estados Unidos, Alemanha e Japão. Os demais países dependem essencialmente da "economia real" para a sua sobrevivência ou expansão.

A produção de bens e serviços na fase do predomínio do capital financeiro dissocia-se gradualmente do princípio da necessidade, passando a ser decidida preferencialmente por critérios de rentabilidade do investimento. Desta tendência decorre a utilização intensiva de capital que, por sua vez, diminui a importância da economia primária. Os países exportadores de bens primários experimentam perdas no comércio internacional no volume de vendas e nos preços dos produtos. Esta perda, verificada desde a década de 1940, acentuou-se mais em função das novas características da economia mundial. A nova economia mundial só parcialmente incorpora a dinâmica da po-

lítica do mundo dividido em estados nacionais. As unidades de produção de bens e serviços continuam a se localizar nos países, embora as considerações de ordem financeira e tecnológica que servem de base para as decisões relativas à seleção e alocação de investimentos já respondam predominantemente a um tipo de cálculo supranacional. A dinâmica global das relações econômicas aí incluídos o comércio e as transações financeiras neste final de século extravasou, de fato, a capacidade de controle de governos nacionais, mesmo dos mais ricos e poderosos.

O sistema internacional contemporâneo caracteriza-se por uma maior interdependência. Por isto, a fase dos projetos autárquicos de desenvolvimento e expansão nacional teria sido superada. A interdependência afeta também os atores mais poderosos e em melhor posição de ditar regras para todo o sistema internacional. Mesmo as potências apresentam graus variáveis de vulnerabilidade diante de iniciativas e decisões tomadas pelos atores mais fracos. A título de exemplo, lembre-se o que custou em termos políticos e militares a repressão ao projeto expansionista de Saddam Hussein ou todo o esforço político e diplomático que desenvolvem governos de países ricos e empresas multinacionais para neutralizar efeitos demolidores de denúncias do movimento ecológico internacionals **Greenpeace.**

No entanto, a novidade no sistema internacional não está nesta característica. A novidade reside, por um lado, no fato de que o Terceiro Mundo — o mundo dos países descolonizados — não pode mais ser ignorado pelos países ricos nas demandas que colocam visando obter tratamento justo nas relações econômicas e assegurar condições favoráveis para a obtenção de recursos necessários ao seu desenvolvimento. A manutenção do bem-estar do mundo rico depende cada vez mais de "compensações" para os mais pobres. Do reconhecimento político deste vínculo decorre a revitalização recente de políticas de "cooperação para o desenvolvimento", patrocinadas principalmente pelo Japão. O outro lado da novidade está nas alterações da própria estrutura da economia mundial, que extrapolam as fronteiras dos estados nacionais e não são por eles controláveis.

O sistema internacional contemporâneo caracteriza-se por uma maior interdependência

O novo no sistema internacional não é, portanto, o fim da Guerra Fria, com o conseqüente fim da corrida armamentista e, eventualmente, a neutralização definitiva do perigo do "holocausto nuclear". O novo é dado por uma dinâmica de interações entre estados, economias e sociedades comandada por exigências decorrentes do desenvolvimento tecnológico e do controle do capital financeiro por instituições e grupos supranacionais.

É levando em conta este tipo de novidade que faz sentido discutir a tendência à formação de blocos econômicos, tendência apresentada como sinal de esgotamento do modelo de organização do mundo dividido em estados nacionais.

Um bloco econômico define-se pela abertura das fronteiras econômicas suprimindo as tarifas alfandegárias e restrições à circulação de mão- de-obra e de capital, tornando livre o comércio de bens e serviços. No limite pode-se chegar até à instituição de uma moeda comum, o que evita retaliações decorrentes de manipulação de taxas cambiais. Neste final de século, há alguns experimentos em diferentes fases de evolução. A Comunidade Econômica Européia (CEE) é o mais avançado deles. A instituição de uma moeda, prevista para (1995), levará à efetiva integração jurídica dos países membros.

Já o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), unindo Estados Unidos, Canadá e México, encontra-se em fase de experiência. Alguns aspectos do intercâmbio entre eles já foram liberalizados, principalmente no que se refere a concessões alfandegárias e políticas de crédito, mas permanecem ainda muitas pendências, decorrentes principalmente das restrições do governo norte-americano à renúncia de diversas políticas protecionistas.

Já se fala da "aliança dos países da orla do Pacífico", reunindo não só o Japão e os chamados "tigres asiáticos", mas também partes da América do Norte (noroeste dos Estados Unidos e a costa ocidental do Canadá). Neste eventual bloco, os fluxos são essencialmente financeiros e de serviços.

O Mercosul apresenta-se como possibilidade de regionalização no mundo dos menos desenvolvidos. Neste caso, o próprio modelo de organização do bloco ainda não está claro, menos ainda as fórmulas de unificação econômica dos países do Cone Sul da América do Sul, são medidas que dependem de substanciais alterações na legislação e nas práticas comerciais dos convenientes (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Apesar do caráter incipiente desta reformulação do mapa econômico da América do Sul, a iniciativa justificar-se-ia pelo amplo movimento de reacomodação dos fluxos propriamente comerciais no plano internacional, num momento em que a América Latina como um todo deixou de ser o principal importador de bens e serviços dos Estados Unidos.

Qual tem sido a motivação principal para a formação de blocos econômicos? As lideranças políticas e empresariais defendem esta forma de organização como meio de aumentar a produtividade da economia, já que a integração favorece a divisão do trabalho baseada no princípio da vantagem comparativa. Além disto, a integração é vista como meio de criar mecanismos mais seguros de proteção do capital.

Estes argumentos partem do pressuposto de que a tecnologia reduz cada vez mais o uso de mão-de-obra nas atividades primárias e industriais, concentrando a força de trabalho no setor terciário, este crescentemente especializado e diferenciado. De fato, as iniciativas mais bem-sucedidas de integração (CEE e Estados Unidos-Canadá) apresentam em comum a prioridade dada à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, item que sobressai nos orçamentos públicos dos países membros e nos orçamentos de grandes multinacionais.

Estes experimentos bem-sucedidos são da responsabilidade de países que controlam a maior parte dos fluxos de capital financeiro que movimentam a economia internacional.

Sob muitos aspectos, a "aliança dos países da orla do Pacífico" é um complemento destes dois blocos dominantes. Basta lembrar que o Japão depende essencialmente da vitalidade da economia e das finanças dos Estados Unidos, pois mais da metade dos investimentos japoneses no exterior estão naquele país ou estão convertidos em dólar, moeda que pode sempre se des-

valorizada como estratégia protecionista pelo governo norte-americano.

Os países menos desenvolvidos

O México, parte do NAFTA, não foi mencionado como elemento integrante de um bloco econômico bem-sucedido. Nem foi o Mercosul citado como experimento que tem tudo para dar resultados positivos. De fato, a inserção de países menos desenvolvidos em blocos econômicos não é um processo harmonioso e fácil. As dificuldades decorrem do ajustamento às mudanças na estrutura da economia mundial.

A crescente desvinculação da produção primária e industrial da força de trabalho — resultado da ampliação irreversível do componente tecnológico na organização da produção — é responsável pela diminuição dos investimentos em países menos desenvolvidos, porque a oferta de mão-de-obra barata e as matérias-primas abundantes não pesam mais como fatores produtivos determinantes.

Assim sendo, a incorporação de países menos desenvolvidos a blocos econômicos compostos por países ricos e tecnologicamente adiantados depende do tipo de complementaridade requerida pelos líderes dos blocos. Não se trata mais de formar "áreas de influência", como nos tempos da Guerra Fria, quando as superpotências cooptavam aliados movidas por cálculos geopolíticos. A lógica é econômica: ampliar mercados que maximizem condições de competição num mundo que se regionaliza.

O que dizer do Mercosul neste contexto? Pelo menos três observações merecem atenção. Primeiro, a integração proposta deve contemplar uma divisão de trabalho entre os membros que tire proveito de vantagens comparativas. A estrutura econômica dos países membros, menos para o Paraguai e o Uruguai, é semelhante o suficiente para damandar discussão muito mais aprofundada do que aquela até agora desenvolvida sobre a participação de cada um num mercado integrado. Lembre-se, a este propósito, que a participação da agricultura tem sido o ponto nevrálgico da total integração européia, justamente porque a maioria dos membros tem este setor bem desenvolvido e de composição semelhante.

A lógica é ampliar mercados que maximizem condições de competição num mundo que se regionaliza

Segundo os membros do Mercosul, não podendo isolar-se no sistema internacional, pois são todos devedores externos e fortemente dependentes de insumos importados para vários setores produtivos, além de importadores de tecnologia, devem chegar a um acordo sobre as vinculações aceitáveis para cada um com seus históricos parceiros internacionais, principalmente com os Estados Unidos, agora líder de um outro bloco no mesmo hemisfério.

Terceiro, cada governo conveniante deve estar preparado para enfrentar os efeitos da integração no plano interno, prevendo criativamente políticas de realocação de mão-de-obra e de investimentos com o fito de evitar o surgimento/agravamento de tensões em

sociedades marcadas pela contínua persistência de diversos elementos de instabilidade institucional.

Há analistas que concebem o Mercosul como um "bloco complementar" do NAFTA. Pensam que os países do Cone Sul não têm condições de autonomia efetiva para conduzir uma estratégia independente de integração. Mas, visualizam no Mercosul a possibilidade de serem criadas condições de mais ampla integração hemisférica, desde que os governos da América do Sul disponham-se a reconsiderar os termos das políticas nacionais de industrialização, abrindo mão do desenvolvimento de setores de ponta, e de decisões independentes sobre investimentos.

Conclusão

O argumento até aqui desenvolvido teve por objetivo deixar claro que o elemento de mudança, de novidade, no sistema internacional contemporâneo não é o final da Guerra Fria nem a tendência à formação de blocos econômicos, se este fenômeno é considerado isoladamente.

A própria superação da política de blocos ideológicos, que justificou a corrida armamentista nos Estados Unidos e na União Soviética durante praticamente cinco décadas, pode ser vista como decorrência das transformações estruturais na economia mundial. Diferentes analistas da derrocada do socialismo soviético têm enfatizado o peso da deterioração do sistema produtivo de bens e serviços civis, bem como o atraso tecnológico em áreas não vinculadas à produção militar, como elemento crucial na falência gradual das instituições do sistema político soviético. Segundo esses analistas, a crise da economia civil e, conseqüentemente, de legitimidade do modelo soviético, teve início com a própria Guerra Fria. Esta interpretação ressalta a incompatibilidade que existe entre o desígnio de ser potência — que fatalmente obriga o fortalecimento nacional no plano militar — e o objetivo de desenvolvimento tecnológico de toda a economia. No mundo contemporâneo, é este último objetivo o que garante aos países a possibilidade de assegurar taxas sempre positivas de crescimento econômico e, simultaneamente, a integração efetiva das populações em mercados estáveis de trabalho e de consumo.

Nesta linha de reflexão é que faz sentido enfatizar os elementos de real novidade nas relações internacionais nesta segunda metade do século, a saber, a expansão do reconhecimento internacional dos problemas e interesses do Terceiro Mundo e as mudanças na lógica de organização da produção de bens e serviços e da relação entre o sistema produtivo e o capital financeiro.

Tal afirmação implica, também, colocar o processo de formação e evolução de blocos econômicos como resultado dessas mesmas novidades, que provocam rearticulações amplas nas relações entre os diferentes atores internacionais, governamentais e não governamentais.

Do ponto de vista da política internacional, as iniciativas de governos do Terceiro Mundo e de organizações que os reúnem e representam, tornam praticamente impossível que os países mais ricos e desenvolvidos persigam políticas de expansão e de auto-proteção que excluam, de modo sistemático, todo tipo de vinculação com as "periferias". Persiste, ainda, a dependência do mundo desenvolvido em relação a matérias-primas localizadas em países atrasados. E mais, os países ricos que, por muito tempo, fizeram uso do trabalho barato de imigrantes do Terceiro Mundo, não podem agora, sem enormes custos políticos, simplesmente expulsá-los e criar fronteiras inexpugná-

veis que impeçam fluxos de pessoas, imigrantes permanentes ou temporários. E mais ainda, os países ricos não podem preservar condições favoráveis e estáveis de contínua expansão econômica simplesmente deixando que os países do Terceiro Mundo se desintegrem socialmente e se auto-destruam em guerras intestinas. Por mais localizadas que sejam as guerras que tendem a se multiplicar no Terceiro Mundo se este for deixado à sua própria sorte, conseqüências perversas atingem o mundo dos ricos, quer afetando o comércio e os investimentos, quer estimulando estes tristes êxodos que tanto têm perturbado os governos da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

A interdependência entre os estados e os mercados, que resultou da própria expansão da tecnologia e da economia de mercado, parece indicar que não há mais como garantir o crescimento econômico de alguns povos e países sem integrar de algum modo todos os povos e países num sistema estável de produção e trocas.

Se é certo que as lideranças dos países adiantados ainda não agem claramente orientadas para a constituição de um governo mundial, já reconhecem, no entanto, que os limites de manutenção de economias dinâmicas são definidos pela capacidade que têm instituições e procedimentos internacionais de lidarem com fatores de incerteza — que são tanto econômicos, quanto sócio-políticos — que afetam todos os integrantes do sistema internacional. Hoje em dia, por exemplo, qualquer política efetiva de controle ambiental e de grandes "pestes", como a Aids, o narcotráfico e o tráfico de armas, necessita ter caráter supranacional, sob pena de não servir para nada.

Por outro lado, o controle do desenvolvimento tecnológico e dos movimentos do capital financeiro continua a pertencer a uns poucos países e grupos. Estes manterão o poder de imprimir os rumos da economia mundial. Os líderes desses países e grupos têm visualizado a regionalização econômica como estratégia que facilita a competição entre eles. E têm tratado de dar forma institucional a blocos de integração econômica que certamente alterarão a dinâmica das relações internacionais.

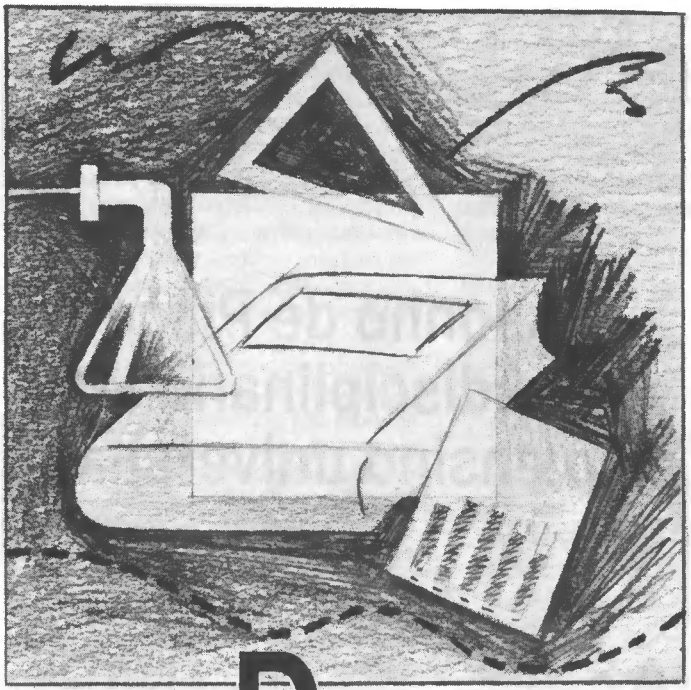
O Terceiro Mundo não pode mais ser ignorado pelos países ricos nas demandas que coloca

Os países do Terceiro Mundo são vistos, nesta estratégia, como parceiros potenciais, que deverão ocupar lugares bem definidos num quadro modificado de divisão internacional do trabalho. Esta nova integração tenderá a diminuir consideravelmente o âmbito da soberania nacional dos países dependentes, mas propiciará melhores condições de integração econômica das populações respectivas. Este é o dilema, aparentemente já superado, por exemplo, pelo México: ou manter a autonomia nacional e lutar contra qualquer forma de intervenção dos Estados Unidos nos negócios mexicanos — e continuar no atraso econômico — ou aceitar a posição de dependência, assumindo lugar de complementaridade num sistema produtivo ampliado — e optar pelo crescimento econômico dependente. Este é um caminho de

"desenvolvimento dependente", estudado há alguns anos por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em célebre estudo sobre os padrões diferenciados de dependência na América Latina.

Resta saber se a estratégia de regionalização econômica não daria lugar a protecionismos perigosos, acirrando disputas entre os blocos econômicos. Até agora, pelo menos, os principais líderes mundiais, incluídos aí os chineses, têm dado mostra de estar mais dispostos à negociação e ao entendimento do que à guerra comercial ou qualquer outro tipo de guerra.

Vera Alice Cardoso da Silva
Professora do Departamento de Ciência Política da UFMG



DESAFIOS

- A importância da relação interdisciplinar é destacada no texto do professor Délcio Vieira Salomon. Enfatiza que cabe à universidade ultrapassar esta etapa e alcançar a transdisciplinaridade
- A professora Maria Aida Arancibia Jensen mostra alguns resultados das linhas de pesquisa nos cursos de pós-graduação na década de 80 e aponta que elas são alternativas articuladoras das atividades professor/aluno e universidade/comunidade

DELCIO VIEIRA SALOMON

Do sonho de Piaget à transdisciplinaridade no ensino universitário

A principal característica que marca e define a Universidade em seu nascedouro e em sua evolução até nossos dias é a atividade docente - o ensino. Mais de um século após o aparecimento das ciências modernas, através da contribuição do pensamento revolucionário de homens como Copérnico, Galileu, Descartes, é que a Universidade introduz em seu meio, junto com o ensino das novas disciplinas ou ciências, a pesquisa na acepção que hoje tomamos, como "pesquisa experimental". Mas o faz em função da atividade docente.

A instituição docente esteve sempre na vanguarda, como processo criativo de ensino, iniciado nos tempos dos filósofos gregos, jamais como atividade reprodutora do produto acabado do conhecimento encontrado nos livros. Assim, há de se entender a frase de Fichte: "nada deveria ser ensinado nas cátedras que já estivesse nos livros". Em síntese, a missão do mestre jamais poderia restringir-se à de guiar os discípulos nos caminhos da ciência e do saber, mas sim a de fazer progredir a pesquisa como o único e legítimo processo de produção do conhecimento, por conseguinte, do que veio a denominar-se de "ciência" em oposição ao conhecimento filosófico e mesmo ao matemático. Em outras palavras: o aparecimento da ciência, com a Idade Moderna, obrigou a universidade a não estagnar-se como a "universitas docendi", mas a transformar-se na "universitas inveniendi". Transformação que vai possibilitar à universidade contemporânea incorporar a seus objetivos o da formação científica de profissionais de nível superior.

Tive ocasião de escrever em "Como Fazer uma Monografia":

"Sem ignorar que esta mudança de diretriz vá desembocar em nossos dias numa ruptura capaz de cindir a univer-

sidade em duas — a universidade-ensino e a universidade-pesquisa — sendo aquela a casa de todos e esta a de alguns "privilegiados pela natureza ou pela sorte", como criticamente observou Adolpho Crippa, cabe-nos enfatizar o objetivo que não se pode perder, pois sua perda significaria a da própria universidade, qual seja, o da produção do conhecimento científico, através do processo ensino-aprendizagem, conjuntamente com o da formação do espírito científico".[1-(a)]

A cisão da universidade brasileira em duas felizmente não se consumou, graças especialmente ao Movimento Docente que, em sua luta de defesa da universidade, tem sabido resistir a todas as tentativas de dissolução do vínculo "pesquisa-ensino-extensão", caracterizador da universidade contemporânea.

Mas não se pode negar que, por todos esses séculos de existência da universidade, seus objetivos se atingem principalmente através do processo ensino-aprendizagem.

As primeiras universidades — Bolonha, Paris, Oxford — tinham por finalidade o estudo das doutrinas (a aquisição do saber) e a formação dos futuros clérigos, juristas ou médicos. Os objetivos é que determinam o que se deve ensinar na universidade.

De acordo com a interação universidade — igreja e mais tarde universidade-sociedade, o estudo na universidade torna-se curricular e em função da formação profissional (e esta decorre das necessidades e demandas da sociedade de cada época). O prestígio da universidade faz com que ela não perca a dimensão temporal, nem se negue, em nome de sua autonomia cedo conquistada, a introdução e o ensino das diversas ciências que vão, pouco a pouco, surgindo e se tornando legítimas especializações do saber. Muitas nascendo na própria universidade e outras nas academias que, à imagem e semelhança das universidades começaram a aparecer, a partir do século XVI. Não podemos esquecer que o surgimento das profissões, que têm origem nas necessidades sociais, são o resultado da evolução: ciência pura para ciência aplicada e desta para a tecnologia.

O prestígio da universidade faz com que ela não perca a dimensão temporal

Como observou Joseph Ben-David: "A universidade medieval era a forma organizativa que obtinha a aceitação pública da autonomia corporativa daqueles intelectuais especializados, que realizavam funções sociais importantes. Estes intelectuais eram principalmente teólogos, homens de leis e físicos. Por ser uma estrutura social estável, com suas fontes de recursos, edifícios, pessoal permanente e regulamentações legais, a universidade pôde ser capaz de alimentar a continuidade das tradições intelectuais e dos esforços intelectuais criadores da época. Proporcionava deste modo o marco para a formação de grupos informais e como instituição dotada de estabilidade tornava possível, a **demarche** de empreendimentos arriscados ou efêmeros (pensemos no estudo das ciências naturais como exemplo de um empreendimento arriscado)".[2-(b)]

Sob esta perspectiva de evolução da universidade e seguindo a diretriz

que historicamente se detecta nessa trajetória é que se propõe esta reflexão.

Sistematização do saber e estrutura acadêmica

Ao mesmo tempo em que a universidade evolui, no seu esforço de adaptar-se ao tempo, às diversas manifestações científicas e culturais de cada época e região onde se instala, vai também exercendo influência no aparecimento dessas manifestações. Uma interação dialética esperada e facilmente compreensiva.

Uma decorrência desse processo evolutivo que não se pode esquecer é a relação recíproca de influências entre a sistematização do saber e a estrutura acadêmica universitária. Como a anterior também esta perspectiva mostra que estes dois pólos: sistematização do saber e estrutura acadêmica universitária, sempre interagiram.

Parece-me que a adoção dessa dupla perspectiva constitui o melhor suporte referencial para se entender o aparecimento da multidisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

Como fez Hilton Japiassu, em sua tese de doutorado, uma maneira didática é começar pela "disciplinaridade". Dada a clareza e consistência de sua análise, merece ser encampada:

"O que podemos entender por **disciplina** e por **disciplinaridade** é essa progressiva exploração científica especializada numa certa área ou domínio homogêneo de estudo. Uma disciplina deverá, antes de tudo, estabelecer e definir suas fronteiras constituintes. Fronteiras estas que irão determinar seus objetos materiais e formais, seus métodos e sistemas, seus conceitos e teorias. (...) E **disciplina**, tal como a entendemos, é usada como sinônimo de **ciência**, muito embora o termo "disciplina" seja mais empregado para designar o "ensino de uma ciência", ao passo que o termo ciência designa mais uma atividade de pesquisa".[3-(c)]

O surgimento das ciências no século XVI tem como causas, expressões e, ao mesmo tempo, "Zeitgeist" e "Ortgeist":

a) a necessidade de proclamar-se a emancipação e autonomia destas novas formas de saber em relação ao território até então monolítico da filosofia: a filosofia não dava por si resposta "comprovada" aos grandes problemas de conhecimento que o "homem moderno" se formulava diante da descoberta do céu e da Terra — das descobertas marítimas e a redescoberta do homem;

b) a substituição do método dedutivo-demonstrativo pelo método indutivo — da observação e do experimento — como único confiável para se fazer "ciência", tanto quanto o método dedutivo demonstrativo da "lógica formal" era confiável para a matemática e a filosofia (os medievais tinham recuperado o método aristotélico e o transformaram no método escolástico);

c) a necessidade de demarcar as fronteiras de cada nova ciência, através da delimitação de seu objeto material e formal, como era a atitude herdada da escolástica, cuja superação veio a constituir um dos principais fatores do aparecimento da interdisciplinaridade;

d) em conseqüência, a de fazer de cada ciência uma especialização. Fenômeno que no século XIX vai atingir seu auge como reação às tentativas das academias e sociedades de sábios do século XVII e o movimento enciclopedista do século XVIII, intencionalmente voltado para a formação de um corpo único a congregar as diversas ciências dispersas. Segundo H. Japiassu, estas especializações que surgem a partir do século XIX são "verdadeiras cancerizações epistemológicas". De-

ram origem ao que se convencionou chamar na epistemologia contemporânea de "estado patológico do saber atual".

Importa ressaltar que na Idade Média, ao procurar-se repetir o mundo grego, em que todas as formas de saber estavam vinculadas à filosofia, a preocupação é formar o sábio, pois "a sabedoria é a perfeição suprema da razão". O sábio medieval é ao mesmo tempo teólogo, filósofo, pensador. Como é próprio da razão conhecer a ordem, a função do sábio é colocar ordem nas coisas.

Sem dúvida, ao institucionalizar esta preocupação, através da universidade, a Idade Média se constituiu um período relativamente longo de organização e sistematização do saber, dentro da perspectiva que a marca: a harmonização do universo — o cosmos — pensado como beleza ordenada. Para o pensador medieval, como para os filósofos gregos, a verdade, o bem e o belo "convergem para a mesma unidade" ("verum, bonum et pulchrum in unum convertuntur). Como bem lembrou Japiassu:

"tanto o cosmos grego quanto o medieval protegiam o homem, afastavam-no do desespero e da angústia, situavam-no existencial e metafisicamente em seu lugar dentro do cosmos. O saber só podia exercer-se no âmbito da totalidade. O conhecimento do particular só tinha sentido na medida em que remetia ao todo. A esse esquema epistemológico global corresponde uma pedagogia unitária".[4]

Temos que concordar com Japiassu, quando aponta que a Idade Média fez, através da universidade, ressuscitar a "enkúklios paidéia" (a "orbis doctrinae") — pedagogia e sistema de ensino voltados para a "cultura geral". Concretamente consistia no ensino do "trivium" (gramática, dialética e retórica) — seguido do "quadrivium" (aritmética, geometria, música e astronomia).

Já o Mundo Moderno, do renascimento, da reforma, do aparecimento das ciências — das grandes descobertas, é um período inteiramente oposto. Com a Idade Moderna, sobretudo a partir da influência do pensamento cartesiano, o chamado saber unitário começa a sofrer um processo de desintegração. Com a Renascença, a Reforma, as Grandes Descobertas, o espaço mental, há milênios cultivado, é invadido por movimentos em todos os setores da cultura. Como já se escreveu: "o homem passa a tomar consciência de si num universo indefinidamente ampliado". A Terra já não é mais o centro do Universo, nem o Ocidente o centro da Terra. As tidas evidências desmoronam-se.

O triunfo da especialização consiste em saber tudo sobre nada

"O saber não é mais a **tradição** daquilo que já se sabia, mas a procura do que não se sabe. O sábio é um aventureiro. O que importa é criar um saber novo. Este se elabora não somente nas universidades, mas também fora delas. Os sábios tentam fazer um trabalho coletivo complementar. Surgem pequenos grupos espontâneos. Posteriormente, organizam-se em academias, lugares de comunicação entre os homens engajados na pesquisa e na superação do isolamento. Aparece, assim, a primeira exigência interdisciplinar, como

compensação pela fragmentação inevitável do horizonte do saber. O círculo ideal da **orbis doctrinae** fora quebrado. Não se tratava de restaurá-lo. A proliferação dos novos saberes parecia inexorável. Meio perdidos, os sábios guardavam, no entanto, a exigência de um reagrupamento unitário do saber. Comenius chegou mesmo a postular uma **pansofia**, uma ciência universal capaz de remediar a **dilaceratio scientiarum** o esmigalhamento das disciplinas no século XVII".[5]

Desde o nascimento de uma ciência, sua organização se faz, de um lado, em cima de objeto — método —, critérios de verdade — leis —, proposições científicas comprovadas e/ou comprováveis (hipóteses), — teorias e conceitos; e de outro lado, em função de ser "disciplina", ou seja, conhecimento especializado a ser ensinado.

Não se pode desvincular esses elementos tanto na formação de uma teoria científica, quanto na estruturação de uma ciência ou disciplina, e na própria sistematização (ainda que provisória) do conhecimento ou das ciências.

A partir de um determinado momento, sobretudo dentro das universidades, toma-se consciência de que não é possível fazer ciência sem pesquisa, nem esta sem o que se consagrou chamar de método científico (condição necessária, embora não suficiente para a realização da pesquisa).

Da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade

O conflito de fronteiras do saber e das disputas entre os pesquisadores e cientistas, na busca da consagração de suas especializações, passam para o terreno da metodologia diante do grande desafio: se a ciência é universal, o método científico há de ser único para todas as ciências ou cada ciência tem de reivindicar sua metodologia específica?

A partir do século XIX, o fenômeno da especialização científica se agravou, a ponto de Chesterton ironizar:

"o especialista é aquele que possui um conhecimento cada vez mais extenso relativo a um domínio cada vez mais restrito. O triunfo da especialização consiste em saber tudo sobre nada".

Apesar das controvérsias sobre a cientificidade dos novos tipos de conhecimento que surgem (as especializações) ou, talvez, mesmo para dirimir tais controvérsias — o certo é que nas universidades e nos institutos de pesquisa começa a institucionalizar-se o trabalho em equipe: primeiro de pesquisadores da mesma área, em seguida de áreas afins, onde o intercâmbio de informações e, sobretudo, de metodologias é a dominante. Consagrava-se destarte tanto a multidisciplinaridade como a pluridisciplinaridade e abria-se o caminho para se chegar à interdisciplinaridade. Tanto quanto estava lançado o fundamento para o "sonho" de Piaget: a transdisciplinaridade.

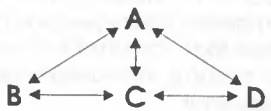
Desde que a preocupação desta reflexão é didática, importa cotejar esses conceitos. Na esteira de H. Japiassu e numa tentativa de estabelecer "precisões terminológicas", com o aproveitamento do quadro sinótico de quatro autores de países diferentes (G. Michaud — França; H. Keckhausen — Alemanha; J. Piaget — Suíça e E. Jantsch — Áustria), podemos pensar no seguinte resumo:

a) **Multidisciplinaridade:** gama de disciplinas que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer as relações que podem existir entre elas. O sistema é de um só nível e de objetivos múltiplos. Nenhuma cooperação. **Configuração: A B C.** (as letras maiúsculas dentro da configuração representam diversas disciplinas)

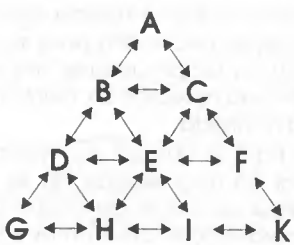
b) **Pluridisciplinaridade:** justaposição de diversas disciplinas situadas geral-

mente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer as relações existentes entre elas. Sistema: de um só nível e de objetivos múltiplos; há cooperação, mas sem coordenação. **Configuração:**

c) **interdisciplinaridade:** axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas e definida no nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade. Sistema de dois níveis e de objetivos múltiplos. Coordenação: procedente do nível superior.



d) **Transdiciplinaridade:** coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas do sistema de ensino inovado sobre a base de uma axiomática geral. Sistema; de níveis e objetivos múltiplos; coordenação com vistas a uma finalidade comum dos sistemas. **Configuração:**



Projeto Interdisciplinar - Transdisciplinariedade e a Universidade Contemporânea

A partir desse quadro há necessidade de se deter um pouco nos conceitos de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Ao menos por um motivo cada dia mais evidenciado: constituem desafios para o "aggiornamento" da universidade contemporânea.

Surgem, conforme se está tentando mostrar, como resultado da evolução científica e interacionalmente como contribuição da própria universidade.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade surgem como resultado da evolução científica

O fenômeno monodisciplinar — que se produziu pelo "Zeitgeist" do século XVI e é acentuado no século XIX — mostra:

a) a pretensão de cada disciplina de fornecer o real de modo reduzido;

b) uma metodologia "monográfica" que perde a visão da totalidade, conforme há algum tempo denunciou Goldmann, citando Luckas;[6]

c) o encontro da dialética com outras correntes contra o monopólio positivista (ou sua pretensão de constituir-se em tal monopólio), como bem observou Japiassu, citando Piaget:

"Num certo sentido, a posição de Piaget segue a mesma orientação (refere-se ao "L'épistémologie des relations interdisciplinaires"). Assim, ao explicar e justificar a ascensão do interdisciplinar, descobre nele uma reação de oposição à filosofia positivista que limita o campo das ciências humanas na medida em que lhe funda fronteiras consideradas como "naturais". O grande

mérito de Piaget, nesse particular, consiste no fato de enfrentar corajosamente o positivismo e de insurgir-se contra seu espírito que ainda governa a ciência e a mentalidade universitárias de nosso tempo".[7]

A dilaceração da ciência em ciências e especializações demasiadas traz para a Universidade contemporânea uma amplitude de constatações que acabam convertendo-se em projetos e "estudos programáticos" (para usar uma expressão a gosto dos sociólogos), pois:

a) obriga-a a resgatar seu papel de "universitas scientiarum", mas dentro das perspectivas e exigências que o mundo contemporâneo está trazendo em seu bojo de desenvolvimento, de um lado e regressão, de outro (sobretudo se se atentar para o preço do desenvolvimento tecnológico, sob a forma de aumento da pobreza e agravamento das problemáticas sociais, notadamente nos países do terceiro e quarto mundos)

b) leva-a procurar o diálogo cada vez mais intenso e construtivo com outros centros de estudo, como outrora estabelecia intercâmbio com as academias e "colleges", que a partir do século XVI foram surgindo a sua sombra;

c) a encampar o projeto da interdisciplinaridade como a resposta encontrada pela própria evolução das ciências para resolver o tríplice problema da "Ciência Contemporânea": o da multiplicação das especialidades científicas — o da queda das fronteiras do saber e o da necessidade de superar a dicotomia entre ciência pura e ciência aplicada, sendo a tecnologia e a profissionalização moderna, a realização concreta e histórica desta ciência aplicada. Sobretudo, a descoberta na transdisciplinaridade (confirmando assim a previsão de Piaget) tem sido o lugar e a ocasião epistemológicos e metodológicos para a solução de grandes problemas, que nem o trabalho em equipe multi e pluridisciplinar tem conseguido.

Nas ciências humanas e sociais particularmente há problemas, que já na sua formulação se configuram legitimamente interdisciplinares e se prenunciam transdisciplinares, como há algum tempo nos apontava Piaget, na realização de seu programa de epistemologia genética, mostrando no próprio cerne deste projeto a necessidade de interdisciplinarizar a lógica, a psicologia, a lingüística e a matemática.

Não fosse suficiente este célebre exemplo, bastaria voltar o olhar para dentro da Universidade, para sua função de ensino de determinadas disciplinas alocadas em currículos e departamentos de maneira estanque, para mostrar a necessidade de uma reformulação com o caráter interdisciplinar e até transdisciplinar.

Quando universidades do Primeiro Mundo caminham para a institucionalização da transdisciplinaridade, a universidade brasileira ainda vive apenas tentativas, quando não arremedos de interdisciplinaridade.

Não é pensável a relação (histórica, não meramente lógica) universidade-transdisciplinaridade, se ela ainda não solidificou o projeto de sua vinculação com a interdisciplinaridade.

Como o projeto interdisciplinar foi e é condição necessária para se entender a transdisciplinaridade, importa insistir em sua apreciação, ainda que de forma resumida:

— Para se chegar ao nível interdisciplinar há necessidade de se passar por graus sucessivos de cooperação e de coordenação crescentes entre disciplinas afins:

"(o interdisciplinar) pode ser caracterizado como o nível, em que a colaboração entre as diversas disciplinas ou entre os setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz a interações propriamente ditas, isto é, uma certa

reciprocidade nos intercâmbios, de tal forma que, no final do processo interativo, cada disciplina saia enriquecida" (H. Japiassu)[8]

O fato de uma pesquisa interdisciplinar conseguir incorporar no seu próprio processo de investigação resultados, teorias, marcos teóricos de referência, conceitos e metodologia de várias especialidades é a forma mais visualizada do empreendimento interdisciplinar.

Na segunda metade do século passado a demarcação de objeto e método para definir as fronteiras e o conteúdo de uma ciência ou disciplina levava seus defensores a exigir para cada uma o pensamento e o tratamento especificados. Spranger, ao reivindicar a especificidade científica da psicologia, escrevia que os fatos psicológicos só deviam ser pensados e tratados psicologicamente ("psychologica psychologice tratanda"). Tal atitude deveria ser estendida a todas as demais ciências, sobretudo às humanas e sociais ("sociologica sociologice tratanda" — "oeconomica oeconomice tratanda" — "jurídica juridice tratanda"...) Obviamente propunha-se defender a autonomia de cada ciência e o repúdio ao reducionismo, notadamente da psicologia à biologia.

Com o advento da interdisciplinaridade nota-se que o esforço é pensar estrutural e dialeticamente o novo objeto de conhecimento, pois este novo objeto não é dado, nem velado pela capa do desconhecimento no início do processo cognitivo (que é o mesmo do pesquisar), mas construído no e pelo próprio processo de conhecer e pesquisar.

Mais ainda, (uma verificação que minha tese de livre-docência — "Da problematização no processo investigatório" — fez-me descobrir), por causa da penetração da dialética no pensamento científico contemporâneo, este se caracteriza como eminentemente problematizante e por isso:

a) — o lugar que o objeto ocupava na estruturação do conhecimento científico (por conseguinte da ciência) passa a ser ocupado pelo problema; o que pode ser cogitado também diante do projeto de "sistematizar" as ciências, sob o signo da interdisciplinaridade;

b) a metodologia interdisciplinar mais do que uma opção passa a ser uma exigência para o tratamento do problema, uma vez que, ao menos nas ciências humanas e sociais, este para ser pensado em sua totalidade (sobretudo enquanto fenômeno humano — comportamento humano — sociedade — cultura) já traz em sua constituição e construção a necessidade do enfoque interdisciplinar;

c) diante do fato de que atualmente não se concebe o trabalho isolado do pesquisador, o trabalho em equipe não basta ser multi ou pluridisciplinar, mas há de ser interdisciplinar (a interdisciplinaridade é hoje exigência de um estilo cognitivo tanto quanto de uma metodologia de pesquisa).

O esforço é pensar estrutural e dialeticamente o novo objeto do conhecimento

Quanto a transdisciplinaridade especificamente, nada melhor do que ouvir seu criador — Piaget:

"(...) à etapa das relações interdisciplinares, podemos esperar que se su-

ceda uma etapa superior, que não se contentaria em atingir interações ou reciprocidade entre pesquisas especializadas, mas que situaria essas ligações no interior de um sistema total, sem fronteiras estabelecidas entre as disciplinas".[9]

Quando se pensa que ele escreveu isso na década de 70, é correto afirmar que se tratava mais do que um sonho: uma previsão "científica" que já está se realizando em nossa década, embora Japiassu tenha comentado em sua tese de doutorado:

"O próprio Piaget se apressa em precisar que se trata apenas de um sonho, de uma etapa previsível das associações, mais do que de uma realidade já presente. Estamos ainda muito longe de chegar a um sistema total, de níveis e objetivos múltiplos, coordenando todas as disciplinas e interdisciplinas, tomando por base uma axiomática geral (objetivos de sistemas globais) capaz de instaurar uma coordenação a ser feita tendo em vista uma finalidade comum dos sistemas".[10]

Tendo como referencial a sistematização das ciências contemporâneas, é procedente a observação de Japiassu. Mas, se o referencial for a dinâmica do processo de pesquisa em ciências humanas e sociais, parece-nos que a distância assinalada já se encurtou. No mínimo, já se tangenciou uma realidade que na universidade contemporânea, sobretudo nos países desenvolvidos, está se configurando.

Se já se exige que novos conhecimentos só se produzam pensando — se interdisciplinarmente e assim se institucionalizem no estatuto da ciência, através, inclusive, de uma metodologia sofisticadamente interdisciplinar, não há nenhuma ousadia epistemológica em afirmar que o transdisciplinar já nasceu e tem seus cultores dentro da univesidade.

Ao menos é o que me faz cogitar, quando se vê o avanço e o intercâmbio entre pesquisas interdisciplinares, operando legítimas construções de novos campos de saber, como é o caso da Informática ao se vincular com a Cibernética, a Psicolingüística, a Lógica, a Teoria dos Jogos, para produzir um novo tipo de conhecimento. Outro exemplo patente é o da Ecologia, ao abrigar em seu seio, para constituir-se cientificamente, preocupações, pesquisas, conhecimentos e atividades, provenientes dos diversos setores abarcados interdisciplinarmente pela Biologia, a Física, a Química, as Ciências da Saúde, a Geografia, a Agronomia, a Política, a Antropologia, a Sociologia e as Tecnologias específicas, ligadas aos problemas da preservação da natureza (não do "domínio da natureza" como foi o sonho da ciência recém-inaugurada com o aparecimento do Mundo Moderno).

O que não se esperar, então, do casamento da ciência com outros tipos de saber até hoje não aceitos pela comunidade científica como "ciências", mas que estão há muito desafiando o método científico, por causa de uma consistência que foge ao critério de validade estabelecido pela Lógica Científica?

Prevê-se, na mesma dimensão do "sonho de Piaget", que tais estudos ultrapassarão — se já não ultrapassaram — rapidamente as barreiras da interdisciplinaridade e frutificarão em achados transdisciplinares.

Cabe à universidade importante papel neste empreendimento, sob pena de perder seus objetivos há nove séculos mantidos e cultivados.

REFERÊNCIAS

1. SALOMON, Délcio Vieira - Como Fazer uma Monografia. São Paulo, Martins Fontes, p. 9

2. BEN-DAVID, Joseph - Universidades. In: Enciclopedia Internacional de las Cien-

cias Sociales. Madrid, Aguilar, 1978, v. X, p. 553

3 - JAPIASSU, Hilton - Interdisciplinaridade e Patologia do Saber. Rio de Janeiro, Imago, 1976, p. 61

4. JAPIASSU, Hilton - op. cit. p. 48

5. Idem ibidem, - p. 46

6. GOLDMANN, Lucien - Dialética Ciências Humanas. Tradução. Lisboa, Presença, 1973, p. 64

7. JAPIASSU, Hilton - op. cit. p. 75 e PIAGET, J. - "L'épistémologie des relations interdisciplinaires". In: OCDE, L'interdisciplinarité, 1972, p. 1-3

8. JAPIASSU, Hilton - op. cit. p. 75

9. PIAGET, Jean - op. cit. p. 144

10. JAPIASSU, Hilton - op. cit. p. 75-6.

(a). Motivo por que sempre defendi e está explícito na Introdução de Como Fazer uma Monografia, que a formação do profissional de nível superior na Universidade deve ter como estofo a formação do cientista: "nosso marco de referência são os objetivos da Universidade contemporânea: a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão leva-a formar cientificamente profissionais e fornecer recursos humanos de qualidade à sociedade que a mantém. Isso significa que o núcleo de todo profissional qualificado de nível universitário é o cientista. Toda formação profissional é, no fundo, uma transformação. Não só do leigo em especialista, mas, sobretudo, do cientista em profissional".(p. 9)

(b). Com todo respeito à observação de Japiassu, tenho de explicitar minha discordância, quando ele coloca que "as fronteiras das ciências determinam seus objetos materiais e formais". Tenho para mim que o conceito de "objeto material e formal" de origem aristotélico-escolástica já está superado e se torna inadequado, quando o objetivo é a sistematização do conhecimento científico, sobretudo quando esta se faz à luz da dialética que encara a ciência como processo e não meramente como produto acabado. Nesta concepção dinâmica o objeto não é dado, muito menos proposto, mas constituído e construído na e pela pesquisa.

(c). Joseph Ben-David chega a afirmar: "O aspecto mais característico do ensino nas universidades medievais era o método de estudo conhecido como **escolástica.** Baseando-se por um lado na autoridade (fé - escritura - obras de autores clássicos) e por outro lado na absoluta crença na força da razão, que deveria levar, se aplicada corretamente, à descoberta de toda a verdade. (...) as discussões eram feitas seguindo as leis aceitas da lógica, tudo levando a produzir soluções originais (cerminatio), (o.c. - p. 552)

(d). As próprias "problemáticas sociais", por causa de sua dimensão e densidade, têm constituído objeto de "especializações científicas" no território das ciências humanas e sociais, notadamente da Sociologia, conforme já apontou Oracy Nogueira em "Pesquisa Social", 1968, p. 16-31

Délcio Vieira Salomon
Professor-adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia da Fafich-UFMG

MARIA AIDA A. JENSEN

A articulação das linhas de pesquisa na pós-graduação

Neste trabalho analisamos a questão das linhas de pesquisa nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal de Minas Gerais na década de 80 e discutimos seu papel como elemento de organização das atividades de pesquisa e de administração da Pós-Graduação e da Universidade.

Acreditamos que as linhas de pesquisa podem vir a ser elementos articuladores das atividades de Pós-Graduação. Mais ainda, podem constituir-se em meio fundamental para se conseguir a almejada associação ensino e pesquisa, a articulação Graduação e Pós-Graduação e — por que não? — a integração da Universidade com a comunidade.

Como fontes de informação, utilizamos os projetos de criação, credenciamento e recredenciamento correspondentes aos anos 80 e entrevistas com os coordenadores dos cursos, objeto do estudo. Trabalhamos com os 35 cursos criados até 1987.

Na investigação procuramos captar o conceito de linha de pesquisa e a sua importância na Pós-Graduação, examinando como isto se reflete na produção acadêmica dos programas.

Alguns resultados

Quanto ao conceito de linha de pesquisa, constatamos que a maioria dos cursos (57%) vincula linha de pesquisa a um tema ou área temática, 20% a uma área de concentração e 14% a uma subárea do conhecimento. Em relação à importância das linhas de pesquisas, observamos que 77% dos cursos consideram que elas contribuem para a associação ensino e pesquisa, 57% para dar identidade ou direção ao programa e 37% para melhorar a produção científica. Apenas 11% consideram importante a linha de pesquisa para a

solução de problemas da sociedade.

No que diz respeito à organização das atividades de pesquisa, percebemos que, em 50% dos cursos, as linhas de pesquisa são conduzidas de forma individual e em 34% de forma mais coletiva. Em 4 áreas do conhecimento — Ciências Exatas e da Terra, Ciências Fisiológicas/Biológicas, Profissões da Saúde e Profissões Agroindustriais — os cursos conduzem suas investigações de forma predominantemente individual, enquanto nas Ciências Humanas e Sociais 72% dos programas buscam formas mais coletivas de trabalho. As áreas mais humanísticas demonstraram tendência para atuação em grupo.

Analisando a média de linhas de pesquisa por programa (11,9) e a média de professores por programa (21,8), verificamos que a relação docente-linha de pesquisa é de 2 por 1. Se todos os cursos de Pós-Graduação, consideram as linhas de pesquisa importantes para os programas, tanto em aspectos de identidade e contribuição na melhoria da produção acadêmica, como no aperfeiçoamento do corpo docente, parece baixa a relação professor-linha de pesquisa.

Por outro lado, constatamos que um terço dos cursos tem entre 6 e 10 linhas de pesquisa e mais da metade entre 1 e 10, enquanto que apenas 8,8% têm mais de 20.

A área com mais linhas de pesquisa por curso é a das Ciências Fisiológicas/Biológicas, onde cada professor parece ter uma linha de pesquisa.

Analisando as médias de trabalhos por linha de pesquisa e por professor, observamos que nos extremos estão as mesmas áreas, em posição inversa: Profissões Sociais têm a mais alta média de trabalhos por linha de pesquisa (32,8), porém, a mais baixa média anual de trabalhos por docente (1,4). Já a Ciências Fisiológicas/Biológicas apresenta a média mais baixa (12,2) em termos de trabalhos por linha de pesquisa e a mais alta média (2,7) de trabalhos anuais por professor.

A universidade está passando de transmissora para produtora de conhecimentos

Produtividade

Uma média mais alta de trabalhos por linha de pesquisa pode estar refletindo um maior número de docentes por linha de pesquisa. Então, as áreas que realizam um trabalho mais coletivo apresentam também produtividade média mais alta por linha de pesquisa. Percebe-se que não há uma relação direta entre a maior produtividade por professor e por linha de pesquisa.

Comparando os dados dos 9 cursos que no período em estudo apresentaram dois processos, seja de criação, credenciamento ou recredenciamento, encontramos alguns resultados interessantes.

Por exemplo, examinando o número de linhas de pesquisa, número de professores e a produção dos cursos, notamos que houve um aumento no número de linhas de pesquisa (de 123 para 138) e na produção acadêmica (de 2.697 para 3.629), apesar da pequena redução no número de docentes (de 247 para 220) do 1º para o 2º processo.

Estes dados parecem indicar uma

Programas de Pós-Graduação, linhas de pesquisa, professores permanentes, trabalhos produzidos associados e não associados a linha de pesquisa, média de trabalhos por linha de pesquisa e média anual de trabalhos por docente

	Programas	Linhas de pesquisa	Professores permanentes	Trabalhos produzidos				Média de Trabal. Produz.	
				Assoc. a L. Pesq.	Não assoc. a L. Pesq.	Total		Por L. Pesq.	Por Professor (anual)
						Nº	%		
C. Exatas e da Terra	4	44	98	1041	121	1162	13,5	26,5	2,5
C. Fisiológ./Biológ.	5	129	118	1369	199	1568	18,2	12,2	2,7
C. Humanas e Sociais	7	59	144	1588	194	1782	20,7	30,2	2,5
Engenharia	4	33	63	513	64	577	6,7	17,5	1,7
Prof. Agroindustr.	3	41	86	843	253	1096	12,7	26,7	2,5
Prof. da Saúde	8	83	169	1485	476	1961	22,8	23,6	2,3
Prof. Sociais	3	14	66	321	138	459	5,3	32,8	1,4
Total Pós-Grad. UFMG	34	403	744	7160	1445	8605		21,4	2,3

tendência no sentido de maior produtividade, menos docentes e mais produção acadêmica, além de uma propensão para um maior número de linhas de pesquisa. A média do número de linhas de pesquisa passou de 13,7 para 15,3 do 1º processo para o 2º. Cabe destacar, que essas médias foram influenciadas pelos cursos da área de Ciências Fisiológicas/Biológicas, que, como vimos, são os que apresentam o maior número de linhas de pesquisa.

Verificamos também que no 1º processo, 25% dos cursos apresentam mais de 20% dos trabalhos produzidos não associados às linhas de pesquisa e no 2º processo essa percentagem é de 11,1%. Houve pois, uma redução no número de programas com elevado percentual de produção acadêmica não associada às linhas de pesquisa. Por outro lado, a média anual de trabalhos por linha de pesquisa sobe de 4,4, no 1º processo, para 5,3 no 2º.

Estes dados parecem indicar maior preocupação pela questão das linhas de pesquisa, uma inclinação para as mais ativas, mais coletivas, agregando vários docentes e discentes e a sua produção acadêmica. Podem estar, ainda, mostrando que os cursos de Pós-Graduação estão cada vez mais assumindo seu papel criador de conhecimentos.

Examinando a produção média anual de trabalhos por docente constatamos que há um aumento. O número médio de trabalhos por professor passa de 2,2, no 1º processo, para 3,3 no 2º. Isto pode estar indicando que, à medida em que os programas saem da fase de implantação da pesquisa, apresentam uma maior produtividade por docente.

Podemos dizer, então, que a UFMG, através de seus cursos de Pós-Graduação está avançando no sentido da consolidação das suas atividades de pesquisa, da sua produção acadêmica.

No universo da Pós-Graduação da UFMG há concepções diversas de linha de pesquisa e algumas áreas apresentam perfis marcadamente diferentes.

A hipótese central do trabalho sobre o papel articulador das linhas de pesquisa confirmou-se em alguns cursos, apesar de ainda as linhas de pesquisa não espelharem a importância a elas atribuída.

Grande parte da produção acadê-

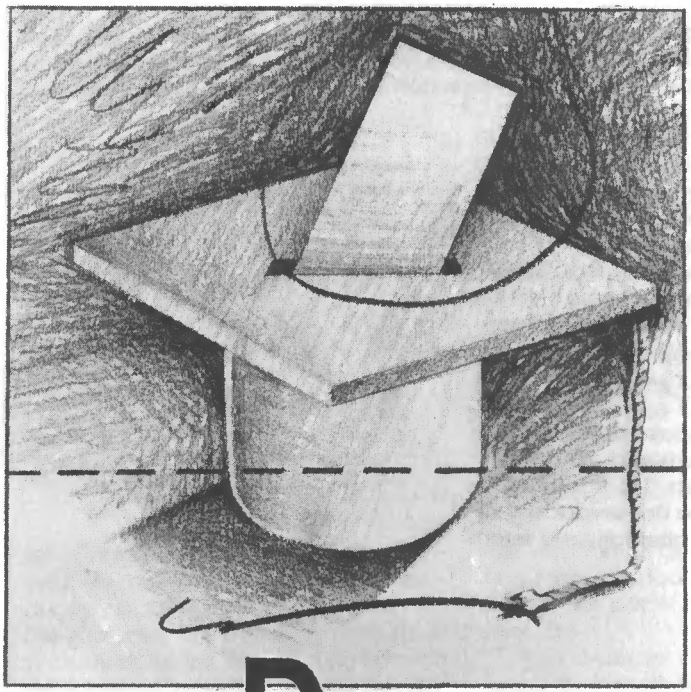
mica está associada as linhas de pesquisa. No entanto, muitas delas apresentaram baixa produtividade no período.

A universidade, através de seus cursos de Pós-Graduação, está passando de instituição apenas transmissora de conhecimentos para também ser produtora de conhecimentos.

As linhas de pesquisa, então, teriam um duplo papel: interno, como elemento articulador das atividades dos professores e alunos e outro externo, como interface entre a Universidade e a sociedade.

As linhas de pesquisa aparecem como importante elemento da administração da pesquisa, da Pós-Graduação e, portanto, da Universidade e vislumbram-se como alternativas a serem exploradas.

Maria Aida Arancibia Jensen
Coordenadora da Assessoria Acadêmica da
Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFMG



DEBATE

- Uma análise da estrutura da universidade e a escolha do novo reitor da UFMG, marcada para este ano, leva o professor Celson J. da Silva a propor alternativas democráticas
- O professor Fernando Pimentel de Souza sugere medidas para o aproveitamento dos aposentados nas universidades

CELSON J. SILVA

Alternativas para uma universidade mais democrática

Este ano será realizada a escolha do novo reitor da UFMG, com o que se reabre a polêmica sobre o processo de composição da lista a ser encaminhada ao MEC e, por via de conseqüência, se recoloca a delicada e nunca muito bem esclarecida questão da democracia na Universidade.

É claro que a questão do exercício da democracia, numa instituição complexa como a UFMG, não passa exclusivamente pela escolha de seus dirigentes. Não obstante, este tem sido tradicionalmente um momento privilegiado para a retomada de discussões desta natureza. E nem poderia deixar de ser assim, uma vez que a própria exigência legal de composição de lista sêxtupla para designação do Reitor, por uma autoridade externa aos estritos limites da Universidade, já coloca condicionamentos que, ao ver de muitos, é o primeiro e principal óbice à plena realização daquele ideal. Como, entretanto, estas são as condições dadas, pressupõe-se que, pelo menos enquanto elas se mantiverem, mesmo para os que com elas não concordem, a alternativa é procurar buscar formas que permitam diminuir os possíveis efeitos negativos desta imposição legal.

Embora certamente seja de conhecimento geral, creio ser útil reproduzir a parte do Capítulo II do Estatuto da UFMG, no que se refere à nomeação do Reitor:

Art. 31 - O Reitor será nomeado pelo Presidente da República, que o escolherá de lista de nomes, organizada em reunião conjunta do Conselho Universitário, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho de Curadores, mediante voto secreto.

Parágrafo 1º - O Reitor terá mandato de 4 (quatro) anos, contados da data de sua posse, vedado o exercício de 2 (dois) mandatos consecutivos.

Parágrafo 2º - A lista de nomes, pela

ordem de votos obtidos, será encaminhada à autoridade competente até 120 (cento e vinte) dias antes de extinto o mandato do Reitor em exercício ou, nos demais casos de vacância, dentro dos 30 (trinta) dias subseqüentes à vaga.

Art. 32 - A votação processar-se-á da seguinte forma: I - cada Conselheiro votará em cédula única, que não poderá conter número de candidatos indicados superior ao da lista em formação, sob pena de nulidade;

II - integrarão a lista de nomes os candidatos que obtiverem, pelo menos, maioria absoluta de votos dos membros dos órgãos congregados;

III - serão realizados tantos escrutínios quantos necessários à formação da lista;

IV - não serão permitidos votos cumulativos, nem por procuração.

Parágrafo único - Atinge-se a maioria absoluta a partir do número inteiro imediatamente superior à metade do total de membros dos órgãos congregados.

Pela legislação federal em vigor, a lista de nomes de que trata o artigo 31 deve conter a indicação de seis nomes, sendo que, por delegação de competência, as últimas nomeações foram processadas pelo Ministro da Educação e não pelo Presidente da República. Por sua vez, o Decreto 331, de 01.11.91 reduziu para 60 dias o prazo para o envio da lista.

Certamente não seria o caso de se apresentar aqui uma longa discussão acerca do conceito de democracia, tal como foi concebido pelos pensadores clássicos, nem de se discorrer sobre os princípios filosóficos e políticos que devem presidir seu pleno exercício ou têm orientado a prática democrática. Busca-se, tão somente, verificar como, vistos sob determinada ótica, alguns dos pressupostos básicos da democracia liberal poderiam ser aplicados a uma instituição do tipo da UFMG.

Desta forma, uma primeira questão que se sobressai refere-se à especificidade da instituição universitária, no que diz respeito aos princípios democráticos que nela devem prevalecer.

Creio que um consenso preliminar poderia ser aqui estabelecido. Enquanto prática política concreta, só faz sentido discutir democracia tomando o objeto-concreto-real que lhe dá sustentação, razão pela qual, nestes casos, é de fundamental importância não só levarmos em conta a natureza da realidade social a que nos referimos, bem como afastarmos por princípio a idéia de que democracia seja uma simples questão de contabilidade numérica.

Demarcação

Assim, creio de todo prudente estabelecer uma nítida demarcação, diferenciando claramente os princípios fundamentais que deveriam presidir o exercício da democracia no âmbito da sociedade civil daqueles que deveriam estar presentes numa instituição universitária como a UFMG.

Na sociedade civil o que está primordialmente em jogo é a condição básica de cidadão, própria de cada um dos indivíduos que a compõem. E esta, com o advento do estado ocidental moderno, não só os alcança do nascimento até a morte (isto para não falarmos dos direitos do nascituro e dos efeitos sucessórios ***post mortem)***, como abraça a todos e a cada um dos indivíduos em particular. Dado que a substituição da liberdade natural pela liberdade civil passa a ser elemento constitutivo da sociedade moderna, a condição de cidadão que daí advém deve ser abstratamente tomada como valor máximo, sendo, portanto universal e inalienável. Por isto, qualquer prática política que signifique desrespeito, limitação ou cerceamento à condição de cidadão deve ser combatida e recha-

çada da maneira mais eficaz possível.

Destas considerações decorre o princípio de que a todos e a cada um dos cidadãos em particular deve ser assegurada igual participação no jogo político que vai definir "quem manda, como manda e por que manda". Isto independe de credo religioso, cor, raça, educação, sexo, ***status*** social, idade ou situação econômica. Ressalva-se, é claro, os casos em que condições excepcionais impedem o pleno exercício da cidadania, como, por exemplo, nos casos graves de loucura ou de certos limites de idade.

Já no caso de uma instituição como a Universidade, não existe uma qualidade ou um atributo universal que defina a inserção dos indivíduos que a compõem. Ao contrário, por um ato de adesão voluntária, diferentes indivíduos se incorporam a estratos marcadamente diferenciados da instituição.

Além disto, diferentemente da sociedade civil, podemos supor que haja consenso quanto aos objetivos fundamentais da Universidade: a produção e divulgação de conhecimento, como a conseqüente formação de especialistas capacitados ao exercício das mais diferentes funções sociais e habilitações profissionais. E são estes objetivos que determinam a existência de diferentes estratos dentro da universidade, bem como a inserção dos indivíduos em cada um destes estratos, obedecidos um conjunto de pré-condições e pré-qualificações, que os habilitam para o desempenho de funções diferenciadas.

Desta forma, no âmbito da sociedade civil, dado que o ato de nascer, por si só, assegura e atribui à pessoa humana a qualidade de cidadão, — que é, portanto, universal — a todos deve ser garantida a igualdade de participação, expressa principalmente pelo direito publicamente reconhecido de cada cidadão adulto ser eleitor e, querendo, apresentar-se como candidato a cargos eletivos. No limite, aplica-se sem maiores problemas a máxima "cada cabeça, um voto".

É de fundamental importância afastar a idéia de que democracia seja questão de contabilidade numérica

O mesmo já não ocorre no caso da Universidade. A ela, cada um se incorpora por um ato de vontade própria para ocupar diferentes funções e papéis, os quais servem também para definir a hierarquia de posições ocupadas pelos indivíduos de níveis e áreas de poder, por se tratar de uma instituição complexa, é razoável supor que haja também diferenças individuais e por segmentos, não só em termos da habilitação para o exercício do poder de autoridade, como da própria qualificação para interferir na seleção desta mesma autoridade. Isto dependerá do ponto em que a autoridade se insere na complexa estrutura do poder institucional.

Quanto mais genérico for o poder exercido pela autoridade e, portanto, menos diretamente ligados aos objetivos primordiais da instituição, tanto mais universal e igualitária deve ser a interferência de todos na sua definição. Em contrapartida, quanto mais específico for o campo de atuação da autorida-

de e quanto mais direta for sua vinculação aos fins a que se destina a instituição, tanto mais tenderá a fazer sentido o estabelecimento de hierarquias na distribuição do poder pelos diversos segmentos e indivíduos que compõem a Universidade. Neste sentido, a habilitação para o exercício de cargos e para a escolha de uma autoridade eminentemente ligada ao desempenho de funções de cunho marcadamente acadêmico e pedagógico — como no caso de um Coordenador de Curso — deve ser diferenciada da habilitação referida ao desempenho das funções de um chefe do serviço de vigilância, por exemplo.

No caso específico das Universidades, distinguem-se fundamentalmente três segmentos: o corpo docente, o corpo discente e o corpo dos funcionários técnicos e administrativos. E não seria necessária grande elaboração intelectual para se diferenciar o papel destes segmentos em relação aos objetivos principais da universidade. Ao corpo docente, através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, muitas vezes consubstanciadas em publicações, cabe fundamentalmente o papel de produção e divulgação do conhecimento, bem como de formação de especialistas e profissionais dos mais diversos ramos do saber. Ao corpo discente cumpre principalmente a aquisição e o aprimoramento dos conhecimentos, bem como obtenção de sua própria habilitação profissional. Ao corpo de funcionários técnicos e administrativos incumbe o desempenho das atividades-meio indispensáveis à consecução dos objetivos da universidade.

É preciso que se abra aqui um parênteses para algumas observações. Em primeiro lugar, estas distinções não significam que tais funções sejam absolutamente estanques ou excludentes, nem levam a que se negue importância a qualquer delas. Por outro lado, é possível que em alguns casos elementos de algum segmento não estejam desempenhando as funções que lhe cumpriria desempenhar. Pode perfeitamente ocorrer, por exemplo, que determinado professor não esteja cumprindo o papel de produção e divulgação de conhecimento. No entanto, casos como este não invalidam a premissa e podem significar muito mais a necessidade de introdução de medidas corretivas convenientes e adequadas a cada caso em particular.

De qualquer modo, creio que a linha de raciocínio apresentada até aqui permite duas conclusões iniciais. A primeira é que, diferentemente da sociedade civil, a questão da democracia na Universidade não pode ser pautada exclusivamente pelo princípio igualitarista de que a cada indivíduo deve corresponder um voto. A segunda nos remete à idéia de que determinadas posições de poder não podem estar universalmente abertas à concorrência de todos. Seria, por exemplo, um contrasenso pedagógico a existência de um Colegiado de Curso escolhido e composto por maioria de estudantes.

Dentro desta lógica, como se coloca a questão da escolha do Reitor, na sua qualidade de maior autoridade da Universidade? Não resta dúvida que o Reitor é a autoridade que exerce o poder mais genérico da instituição, através do qual interfere com os mais diversos e díspares interesses dos três segmentos e de cada um dos indivíduos que os compõem. Seguir-se-ia disto a conclusão de que talvez faça sentido uma interferência universal e igualitária de todos os segmentos e indivíduos no processo de sua escolha. Só que é também por esta razão que não poderia prevalecer a máxima "cada cabeça um voto". Dada a enorme diferença no número de indivíduos que compõem cada um dos três segmentos, fato-

res de correção devem ser obrigatoriamente introduzidos.

Esta não foi, entretanto, a suposição da qual partiu o legislador brasileiro. Por imposição de Lei Federal ainda em vigor, é privativo do Colegiado Superior das Instituições Federais de Ensino a elaboração de uma lista sêxtupla, que deve ser remetida à Presidência da República, para a nomeação do Reitor.

E é precisamente aqui que se coloca a dificuldade de se combinar os esforços por maior democratização da Universidade com as exigências de ordem legal.

Alternativas

Em princípio, uma das seguintes três possíveis alternativas poderia prevalecer:

1 - Define-se qual a composição do Colégio Eleitoral que melhor satisfaz a exigência legal, como o fez o Estatuto da UFMG, e atribui-se a este colegiado o poder soberano e inalienável de compor a lista sêxtupla. Seguindo à risca os princípios da democracia liberal representativa, supõe-se que o Colegiado Superior da Instituição já é por si composto de forma democrática e, neste caso, integrado por representantes capacitados para escolher bem os integrantes da lista, no que serão também sensíveis às pressões e aspirações da comunidade universitária. Além disto, pressupõe-se que, por ser composto por um número reduzido de pessoas capacitadas, o Colégio Eleitoral é capaz de conduzir internamente um debate mais aberto e produtivo, conseguindo maior equilíbrio, ponderação e distanciamento de pressões espúrias na hora de elaborar uma lista mais condizente com as reais necessidades e potencialidades da Universidade. Esta seria uma suposta vantagem em relação a qualquer processo que simplesmente contemplasse a soma de preferências aleatórias da totalidade dos indivíduos que integram a comunidade universitária.

Talvez faça sentido uma interferência igual e universal dos segmentos e indivíduos na escolha do Reitor

2 - Mantém-se o Colégio Eleitoral, segundo a exigência legal, e se lhe atribui, como na hipótese anterior, o poder soberano e inalienável de definir a lista sêxtupla. Dada, entretanto, a importância do cargo de Reitor e em razão da complexidade da instituição, processa-se uma consulta prévia à comunidade universitária sobre a composição da lista. Desvincula-se, entretanto, o resultado da consulta da decisão final do Colégio Eleitoral. Neste caso a consulta teria caráter puramente informativo, servindo apenas como instrumento auxiliar adicional para que cada conselheiro forme sua própria opinião. Em defesa desta alternativa pode-se argumentar que a consulta não só ajuda a formar uma opinião média no conjunto dos conselheiros, como também pode servir de instrumento de pressão a ser utilizado pelos diferentes grupos de interesse existentes na comunidade, respeitada a especificidade democrática do livre jogo da política universitária.

3 - A alternativa mais próxima dos princípios democráticos vai no sentido da introdução de mecanismos que per-

mitam quebrar as imposições legais, transferindo-se o poder de decisão de fato para a comunidade universitária. Ou seja, mantida a formalidade legal, busca-se transformar a decisão final do Colégio Eleitoral em um simples ***referendum*** da vontade geral da comunidade universitária. Para isto, processa-se uma consulta prévia à comunidade, cujos resultados são levados ao conhecimento do Colégio Eleitoral, ao qual não caberia outro papel senão o de referendar os resultados obtidos na consulta.

Entendo que o posicionamento diante de uma destas três possibilidades é condição necessária para a discussão de qualquer fórmula ou mecanismo que se queira introduzir, além do que já está previsto no Estatuto da Universidade. Entendo também que o próprio Colégio Eleitoral deveria colocar esta discussão como preliminar de qualquer encaminhamento que queira dar ao processo de escolha do Reitor. Na verdade, se é esta preliminar que determina não só se vai haver ou não consulta à comunidade, mas também a natureza desta consulta, é ela também que, por via de conseqüência, fornece tanto os elementos para se definir a forma da consulta, quanto a fórmula matemática utilizável no cômputo dos votos, bem como os possíveis pesos atribuíveis aos diferentes segmentos de eleitores, como a seguir tentaremos explicitar.

No caso da primeira alternativa, os argumentos que sustentam a legitimidade inquestionável do Colégio Eleitoral para a composição da lista dispensam toda e qualquer discussão a respeito do processo em si, que já está detalhadamente definido no Estatuto. Embora a questão da composição da lista sêxtupla e a posterior nomeação do Reitor sejam temas de natureza política de grande relevância para a vida da Universidade, a atuação da comunidade universitária se limitaria ao trabalho de mobilização e composição de interesses com vistas ao lançamento de candidaturas e possíveis pressões sobre o Colégio Eleitoral. No mais, tudo se passaria no âmbito privilegiado deste Colegiado.

Prevalecendo a segunda alternativa, já se abre espaço bem maior para que a comunidade universitária exerça relativa influência no processo de escolha do Reitor. Sem dúvida, em relação à primeira hipótese, seguramente aumentará significativamente o interesse de todos pelo processo. Creio que se a comunidade universitária entender o que realmente significa esta alternativa, embora não seja a mais democrática, provavelmente aumentará significativamente o espaço de mobilização. Uma vez que a consulta à comunidade serve apenas de subsídio para o Colégio Eleitoral, quanto maior for o índice de participação, tanto mais os resultados obtidos poderão servir de instrumento de pressão sobre aquele Colegiado.

Como a segunda hipótese trata-se de uma alternativa peculiar de se fazer política através da presssão da informação, creio que a melhor alternativa seria a adoção pura e simples do voto direto e universal. Prevalecendo o princípio de que a cada membro da comunidade universitária caberia um voto, apurados os resultados da consulta, cada indivíduo, cada segmento e cada grupo de interesse estaria inteiramente livre para interpretar os dados da maneira que melhor lhe conviesse, transformando este trabalho em instrumento de convencimento e pressão sobre o Colégio Eleitoral e sobre cada um de seus membros em particular. Não obstante, estariam eles livres para tomar suas decisões soberanamente. Neste caso creio totalmente desnecessário ficar buscando consenso sobre fórmulas estatísticas ou mecanismos para equilibrar possíveis distorções, uma vez que

a interpretação dos resultados da consulta seriam livremente trabalhados por todos os interessados. O mais importante, sem dúvida, é ficar claro para todos que o Colégio Eleitoral não se compromete a endossar qualquer resultado que se obtenha com a consulta. Entendo que é muito mais realista e eficaz politicamente colocar abertamente todas as cartas na mesa, do que vender para a comunidade a falsa ilusão de que a consulta seria para valer, quando nada garante que o resultado seria seguido pelo Colégio Eleitoral.

Por estas razões e dadas as características do poder de autoridade exercido pelo Reitor, participo da opinião daqueles que sustentam que a melhor opção seja a da terceira hipótese mencionada acima. O Reitor exerce uma autoridade multivariada e transversal, que cobre a Universidade como um todo: tem poder de interferência direta na vida acadêmica, nas questões administrativas, nas questões trabalhistas e de natureza funcional de professores e funcionários técnicos e administrativos, no regime escolar e disciplinar dos alunos, na administração do campus, na gestão orçamentária e financeira da Universidade, na representação institucional, enfim, nos interesses maiores e menores de todos que compartilham da vida universitária.

Por isto, nada seria mais legítimo que todos e cada um dos indivíduos que compõem a Universidade tivessem igual direito de participar efetivamente do processo de sua escolha. E é por isto também que os princípios que podem servir para orientar a escolha do Reitor podem não servir ou serem adequados para a escolha de outras autoridades de outros escalões da própria Universidade. Pela sua peculiaridade, também neste campo, não pode haver uma regra universal. Para cada caso há que se buscar uma regra específica.

Não se pode, porém, cair no simplismo de tirar como conclusão da idéia de que todos deveriam ter igual direito de participar da escolha do Reitor, a prevalência do princípio universalista de que, cabendo a cada indivíduo um voto, eleito estaria aquele candidato que recebesse o maior número total de votos.

É muito mais realista e eficaz politicamente colocar abertamente todas as cartas na mesa

A Universidade é uma instituição extremamente complexa e, como já fizemos menção anteriormente, composta de diferentes estratos e segmentos. Dado que estes estratos não se formam por critérios corporativistas e sim em função das diferentes atividades que desempenham, esta realidade tem que estar necessariamente contemplada em qualquer proposta que tenha compromisso sério com o respeito aos princípios da democracia representativa. Caso contrário, em exemplos extremos e aberrantes, poderíamos ter o Reitor dos estudantes, simplesmente por ser este o seguimento com maior número de votantes.

Se tomarmos a questão por outro ângulo e se quisermos que prevaleça a terceira hipótese, temos ainda que resolver o problema da imposição legal e estatutária, no que diz respeito à determinação de que haja lista sêxtupla para a nomeação do Reitor e de que esta lista seja formada pelo Colegiado

Superior da Universidade. Isto traz ainda o dilema de que ninguém (leia-se aqui Conselheiro) pode ser obrigado a respeitar a manifestação da comunidade universitária. Sob o aspecto legal, esta é uma exigência difícil de ser contornada e, do ponto de vista ético, é uma questão extremamente delicada.

Em contrapartida, não faz sentido buscar formas e fórmulas alternativas para a condução do processo de escolha do Reitor, criando-se a falsa ilusão de que a comunidade estaria efetivamente exercendo seu direito de escolha, quando nada garantisse que o Colégio Eleitoral e o Governo Federal estariam cuidando de observar as preferências desta comunidade universitária.

Daí porque se torna extremamente importante buscar na consulta alguma alternativa que combine a especificidade da Universidade com um mínimo de "controle" da comunidade universitária sobre o desenrolar do processo como um todo. Como não existe esta garantia, é necessário que as alternativas oferecidas aos poderes decisórios superiores sejam as mais restritas e, se possível, reduzidas à possibilidade de uma única "escolha". A questão principal se torna, então: encontrar a fórmula que permita uma solução neste sentido.

Proposta

Com esta preocupação, será a seguir apresentada uma possível proposta alternativa. Para maior facilidade de compreensão, serão primeiro descritas as linhas gerais da proposta, introduzindo-se em seguida alguns comentários e algumas justificativas para as várias etapas da proposta.

Concretamente, a proposta seria a seguinte:

- O Colégio Eleitoral, por maioria de seus membros decide favoravelmente pela consulta e pelo respeito à preferência manifestada pela comunidade.
- A consulta se processa em dois turnos. No primeiro turno concorrem candidatos individuais e as candidaturas serão livremente colocadas por quantos quiserem se inscrever.
- Para o segundo turno serão recebidas inscrições exclusivamente dos dois candidatos que tiverem recebido o maior número de votos. Neste caso, cada um dos dois candidatos se inscreverá encabeçando uma chapa contendo seis nomes. Os nomes dos que estiverem em segundo lugar na lista serão considerados candidatos ao cargo de Vice-Reitor (a menos que posteriormente haja impedimento por força maior ou renúncia). Os outros quatro integrantes da lista entram apenas para compor, com o compromisso expresso de não aceitarem a investidura no cargo.
- A lista que obtiver maioria dos votos sobe ao ***referendum*** do Colégio Eleitoral.
- Para a consulta estarão habilitados como eleitores todos os professores e funcionários técnicos e administrativos em efetivo exercício na Universidade (mesmo os em licença de qualquer natureza), bem como todos os alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação estrito senso com matrícula efetivada no semestre letivo da consulta.
- A votação deverá ser efetivada e apurada por segmento, aplicando-se aos resultados obtidos a fórmula matemática de proporcionalidade que melhor garanta que o voto de cada integrante de um segmento valha exatamente o mesmo que o voto de cada membro dos outros dois segmentos, de acordo com os pesos anteriormente estabelecidos para os três diferentes grupos de eleitores.
- O universo de eleitores deverá ser apurado em dia determinado pelo Colégio Eleitoral e a proporcionalidade do

valor dos votos de cada integrante dos três diferentes segmentos verificada antes da consulta e com base no total de eleitores potenciais.

Em favor desta proposta, que com variações já foi concretamente utilizada em algumas universidades, podem ser aduzidos vários argumentos genéricos e tópicos, alguns dos quais procuraremos sintetizar. Em primeiro lugar ela abre espaço para que todos participem da consulta, garantindo ao mesmo tempo que, ao aprovar a lista por maioria de seus membros, o Colégio Eleitoral, segundo compromisso previamente assumido, estará validando a consulta. Com isto evita-se constrangimentos individuais, uma vez que o Conselheiro que não quiser referendar a lista poderá votar em branco. Como se trata de um compromisso político previamente estabelecido entre o Colégio Eleitoral e a comunidade universitária, espera-se que nenhuma outra candidatura se apresente no dia da reunião formal daquele colegiado. No entanto, caso isto ocorra, o que não poderá ser impedido, o candidato terá que arcar com o ônus de uma candidatura marginal ao processo e o Colégio Eleitoral terá que corresponder ao compromisso prévio, sob pena de criar um impasse político de conseqüências problemáticas.

Por outro lado, o Governo Federal não teria fortes argumentos de natureza legal para invalidar a lista. A rigor, de modo soberano, em reunião com dia, hora e local previamente marcados, o Colégio Eleitoral comporá uma lista de seis nomes. Como não há na legislação em vigor qualquer impedimento de que o Colegiado Superior da Universidade busque subsídios na vontade geral da comunidade universitária, nem haveria cerceamento à existência de candidaturas de última hora, não há como caracterizar como ilegal o processo de consulta. Por sua vez, como se trata de um compromisso publicamente assumido pela maioria do Colégio Eleitoral, transcorrendo o processo de consulta com absoluta transparência em todas as suas etapas e fases, ao Governo Federal restará como única alternativa política viável a nomeação do primeiro indicado na lista; até mesmo porque não adiantaria nomear qualquer outro indicado.

A consulta em dois turnos permite uma primeira fase de candidaturas mais livres e generalizadas

Em favor da consulta em dois turnos, pode-se argumentar que ela permite uma primeira fase de candidaturas mais livres e mais generalizadas, sem que os candidatos se sintam sobre a pressão de terem que compor uma lista integrada por outros cinco não-candidatos. Candidaturas individualizadas no primeiro turno evitam, por sua vez, a fragmentação de apoios eleitorais dados a integrantes de lista que não seriam candidatos de fato. E como se trata de um processo complexo, com ponderação de votos por segmento, não deve prevalecer o princípio da eleição automática do candidato que, porventura, conseguisse maioria absoluta no primeiro turno. A existência dos dois turnos permite, além disto, uma composição mais ampla de interesses em torno da lista final e evitaria possíveis distorções que a preferência con-

centrada de um segmento em relação a determinado candidato poderia trazer.

Por se tratar de uma instituição complexa, a apuração ponderada por segmento parece ser a mais recomendável. Uma vez que a importância de que se reveste o ato de escolha do Reitor pressupõe interesse e mobilização de toda a comunidade universitária, a apuração da proporcionalidade deve ser estabelecida em função do universo de eleitores e não de votantes. Esta alternativa busca obviamente premiar os setores e segmentos mais interessados e mais envolvidos, supondo-se que, por isto, terão também maior poder de mobilização.

Finalmente, abre-se aqui espaço para a questão que se refere à composição de listas fechadas como indicação de candidatos a Reitor, seguidos dos nomes dos virtuais futuros Pró-Reitores. Contra esta alternativa podem ser trazidos vários argumentos, alguns dos quais tentaremos reproduzir. Em primeiro lugar, mesmo que se limite esta hipótese apenas ao segundo turno da consulta, ela pode trazer embutido um excesso de fragmentação desnecessária de alianças e compromissos eleitorais. Além disto pode também não só estimular um certo corporativismo, como levar à cristalização extemporânea e negativa de um grupo fechado em torno de si mesmo que, por compromissos eleitorais prévios e muitas vezes artificiais, poderá ser levado a um comportamento excludente depois de encerrado o processo de consulta.

Haveria ainda alguns aspectos formais importantes contra a lista encabeçada pelo candidato a Reitor e integrada pelos virtuais futuros Pró-Reitores. Primeiro, isto impediria que um determinado candidato pudesse contar com a colaboração de um possível futuro Pró-Reitor altamente capacitado, unicamente porque ele teria integrado primeiro a lista de outro candidato. Segundo, porque ou isto significaria um ato simbólico ou traduziria uma considerável rigidez política. Nenhum bom argumento poderia impedir que, muitas vezes e por muito boas razões, algum tempo depois de empossada toda a equipe, o Reitor, usando de seu poder discricionário, mudasse no todo ou em parte o corpo de Pró- Reitores. Mesmo porque, se assim não fosse, a comunidade estaria conferindo mandato a tempo certo a todos os Pró-Reitores, o que seria uma inconveniente rigidez e um contrasenso em termos de universidade.

Inúmeras outras considerações ainda poderiam ser trazidas, não só sobre a questão da democracia na Universidade como também sobre o problema específico da escolha do Reitor. Embora ciente desta limitação do texto, com ele o autor tem principalmente a modesta pretensão de abrir espaço para uma reflexão pessoal sobre esta polêmica questão. As críticas e os comentários que o texto porventura vier a provocar serão valiosos para o autor que, enquanto membro do Conselho Universitário, estará participando das decisões do Colégio Eleitoral.

Celson J. da Silva
Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Fafich-UFMG

FERNANDO PIMENTEL SOUZA

Por nova postura no aproveitamento dos aposentados

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao contrário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), optou por recontratar os professores aposentados da própria universidade, até no mesmo departamento. Houve casos de grande importância e acerto, dos quais citaremos dois. O Departamento de Zoologia do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG foi beneficiado com melhores lideranças e maior produção científica, participação ativa na criação da pós-graduação, mais aporte de recursos financeiros nacionais e internacionais, criação da Fundação Biodiversitas de atividades científica e de conservação ambiental em toda a nação. O Departamento de Farmacologia do ICB da UFMG foi igualmente incentivado por um notável avanço, passando a oferecer Mestrado e preparando o Doutorado junto com o de Fisiologia e Biofísica, recebendo importantes auxílios financeiros, tendo um significativo aumento da produção científica e melhor divisão dos encargos didáticos e administrativos.

Em suma, nesses casos acima houve ganhos mútuos pela relevância do trabalho prestado devido a competência excepcional dos candidatos aposentados, que exerceram papel multiplicador e de qualidade, em consonância com planos de aplicação por uns quinze anos. Deve-se salientar que na época, além de salários defasados, não havia vantagens asseguradas para os aposentados para que continuassem trabalhando com eficiência e motivação no mesmo departamento de origem. Até certos adversários radicais da recontratação admitem como válida essa medida quando se trata de erguer outra instituição ainda carente.

Ao contrário, a UFSC, conforme publicado no Jornal da Ciência Hoje, número 266, de 15/12/92, manifestou

preocupação com o enorme contigente de aposentados em vias de serem recontratados. Seu Conselho Universitário considerou a necessidade de renovação e como sendo uma questão de ética o aumento abusivo de salário nas recontratações. Por isso recomendaram-se outras formas mais apropriadas para incentivo como bolsa de pesquisador, contratação como professor visitante ou convênio.

Eu lembraria a bolsa universitária da CAPES, mas reformulada, adicional para permanecer na ativa quando tenham tempo ou incentivo a maior produtividade, que atenderia os mais excepcionais. Tudo isto pode ocorrer sem atentar contra novos empregos e planos de departamentos. Ou ainda, — por que não fazer como em certos países do Primeiro Mundo estabelecendo um teto salarial para o recontratado, reduzindo a aposentadoria de até 80%.

O programa de bolsas de dedicação acadêmica criado pela CAPES-MEC poderá ser uma reação inteligente para minorar as necessidades urgentes das Universidades Federais (UFs). Deverá ser pago um incentivo de 70% do vencimento básico de um professor titular só para os docentes mais qualificados, que queiram permanecer em atividade, depois de completarem o tempo de aposentadoria. A comunidade universitária não deve deixar passar a ocasião para aprová-la e dar sua contribuição para melhorar, uma vez que são uma das poucas opções que nos restam para evitar um caos maior nas UFs por escassez e qualificação de docentes.

Por outro lado, cerca de 30% dos docentes do ICB da UFMG aguardavam a aprovação do Regime Jurídico Único para se aposentarem. A maioria dos docentes nas UFs não encontram motivação para continuar em atividade além do tempo mínimo de aposentadoria, ao contrário dos da Universidade de São Paulo (USP) (Ver artigo do autor em Ciência e Cultura, 9, 1989). Assim, só em 1991 no ICB-UFMG tivemos várias dezenas e na UFMG algumas centenas de aposentadorias, das quais quase a metade é de docentes bem qualificados. Nas UFs do Brasil a cifra deve atingir vários milhares.

Muitos departamentos já estão trabalhando com carga didática máxima desde 1991, comprometendo todas suas atividades e não tiveram condições de iniciar normalmente o ano de 1992 depois daquela longa greve, pois muitos desfalques ocorreram nesse ínterim. A debandada tem prosseguido em vistas da possibilidade da revisão constitucional alterar as situações excepcionais de aposentadoria, que conseguimos. Custa 30-40% mais caro continuar trabalhando. O incentivo não deveria ser para o aposentado, mas para que os mais qualificados e produtivos continuem em atividade.

Uma das medidas mais sensatas seria aperfeiçoar a bolsa acadêmica do MEC, sobre a qual gostaria de fazer algumas sugestões. Primeiro, não estabelecer cota que seria insuficiente, mas um critério qualitativo. Os docentes se candidatariam junto aos Colegiados de Pós-Graduação de sua área, onde deveriam obter maioria qualificada (2/3 dos votos). Depois a decisão deveria ser homologada na Câmara de Pós-Graduação. Os docentes pertencentes a UFs sem pós-graduação deveriam se dirigir onde as houvesse. Assim seria mantida a qualificação docente, não se deixariam cair a produtividade científica e a formação de recursos humanos, ainda tão deficientes. Não há razão de se limitar a duração da bolsa a dois anos, uma vez que docentes mais qualificados como esses não se formam em menos de 10 anos e, se for o caso, não há razão de evitar a melhoria ou a queda do nível docente, do qual somos extremamente carentes. Com a

implementação de medidas como essa as UFs poderão aproveitar melhor e a curto prazo seus próprios recursos humanos.

O uso generalizado da recontratação pode ser danoso ao crescimento das UFs e provocar injustiça à nova geração, por isso o MEC deve tomar providências imediatas para evitá-lo. A situação torna-se particularmente grave quando: 1) a pessoa já não tem a mesma abertura e isenção dos mais jovens; 2) o benefício na produção e interação científica não se prever importante; 3) o impacto na formação de recursos humanos for superficial, apesar da quantidade que os anos e as parcerias necessariamente acumulam; 4) o professor já não possui motivação para cumprir seus encargos, como os didáticos que agora estão em sobrecarga. Assim, a partir de uma certa idade a obra não realizada ou realizável conta mais negativamente do que positivamente.

Não é realmente ético e legal ver colegas acumulando salários dobrados, triplicados ou mesmo quadruplicados pelas adicionais de tempo, periculosidade, recontratação, etc, atingindo níveis salariais, que ficam entre os mais elevados do governo, muito além da categoria, que pode se ver em dificuldades de atualizar seus salários devido a tais exceções, que chegam a ultrapassar até os salários de Ministro de Estado. Tivemos um ganho recente e excepcional com a paridade dos ganhos dos aposentados com os da ativa. Consideramos um erro do governo Collor ter dado ainda um incentivo de promoção ou mais 20% para os professores titulares para se aposentarem. Isso provocou uma debandada, perdendo-se muita gente ainda relativamente saudável, produtiva e por cuja formação esperaram-se dezenas de anos. Logo no momento em que se deveria iniciar uma fase de retorno do investimento em recursos humanos, embora formados tardiamente, a sociedade vê nas UFs o desperdício desse esforço.

Imagine agora — o que será se o retorno de levas de pessoas mais conservadoras e não mais capazes de prestar serviços excepcionais for indiscriminadamente facilitado em detrimento da descoberta de jovens talentos? Esse desconforto torna-se maior em concurso em níveis inferiores a titular, quando os candidatos não são tão rigorosamente sabatinados. Além disso certas UFs já têm arcado com um ônus insuportável de ver sua folha de pessoal comprometida em cerca de 30% nesse item improdutivo.

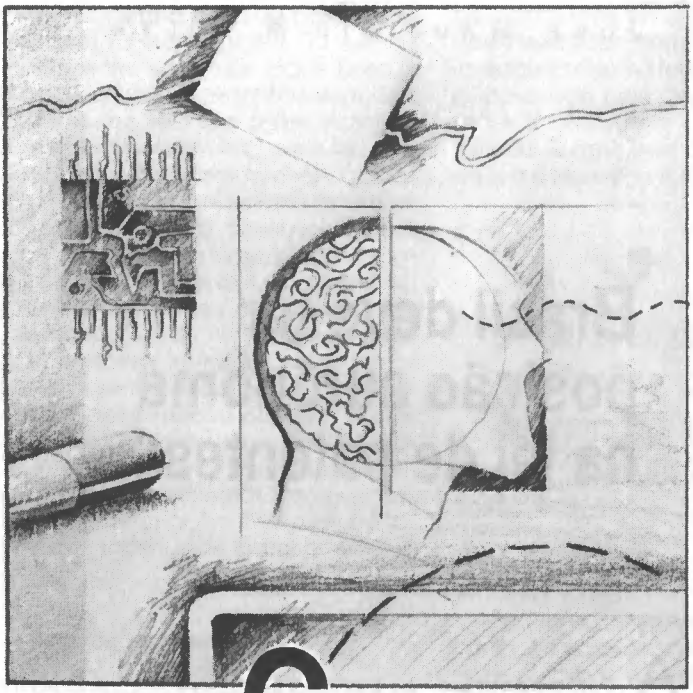
A burocracia e o conservadorismo da universidade impedem que exerça sua função de mérito que as novas gerações aguardam

Como a universidade poderá se defender de acusações externas de mordomia e favoritismo? Há também uma questão de capacidade, que precisa ser melhor julgada nesses concurso, já que a competição entre os títulos, que tendem a acumular com a idade, pesa muito desfavoravelmente para os seus concorrentes mais jovens. De fato, a competição não se fere em igualdade de condições com o iniciante, cuja carreira potencial não se pode nem vislumbrar. Poder-se-ia pelo menos intro-

duzir um processo de consultoria recíproca para avaliar na recontratação qual seria o benefício esperado para o departamento. Nesse caso caberia ao aposentado apresentar-se, não como um simples candidato, mas com um memorial da obra realizada e com os planos de suas realizações no tempo que ainda lhe resta para a compulsória.

Se a universidade continuar sendo uma mera peça burocrática e conservadora, sem tomar iniciativa com parcerias aceitáveis, como o caso do governo atual, e não valer-se de um juízo crítico na relevância e na preparação do seu serviço prestado, ela nunca chegará a exercer a função de mérito que a modernidade do Brasil precisa e as novas gerações aguardam.

Fernando Pimentel de Souza
Professor titular de Neurofisiologia da UFMG



C&T

■ O professor José Maurício Machado da Silva discorre sobre a nova lei de propriedade industrial brasileira, onde aponta a pressão americana para o reconhecimento de patentes nas áreas de alimentos, medicamentos, química e biotecnologia. Conclui que as patentes tornaram-se empecilho ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia

JOSÉ MAURICIO M. SILVA

Brasil deve ter posição autônoma na lei de patentes

A patente é o direito temporário concedido ao inventor (ou seu representante, inclusive comprador do direito a priori ou a posteriori) de um produto ou processo novo e útil, de exclusividade na produção e comercialização do respectivo invento. Ao conceder a patente, o Estado exige sua publicação, ou seja, o registro em órgão competente (no Brasil, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI) de descrição do invento em pormenores que tornem sua reprodução possível no mínimo aos especialistas da área sobrejacente. Todo cidadão tem acesso às descrições dos inventos registrados e pode nelas se inspirar para inventar algo diferente. O titular da patente pode cedê-la total ou parcialmente a outrem, o que se faz geralmente mediante pagamento de uma porcentagem do preço do produto final, conhecida como **royalty**. Se após algum tempo (em torno de três anos) não se iniciar a produção, o licenciamento torna-se compulsório. Findo o prazo de validade da patente (que varia entre quinze a vinte anos nos vários países), o invento correspondente passa a ser bem comum da sociedade.

Os direitos autorais, os direitos sobre melhorias de cultivares e o registro de marcas são outras formas de proteção da propriedade intelectual. Com exceção do registro de marcas, cuja abrangência é claramente delimitada, ainda existe muita discussão sobre qual dessas formas se adapta melhor a algumas áreas do conhecimento e da produção.

Entre as formas de proteção à propriedade intelectual, o patenteamento é a mais forte. O problema não é tanto o eventual pagamento de **royalties** que, em princípio, pode não ser muito oneroso. O indesejável é que uma empresa, detentora da patente de um produto essencial à vida dos cidadãos

e que não tenha similares, possa fixar-lhe o preço a seu bel prazer. Ou que um acordo entre empresas jogue para o alto o preço de um produto essencial e seus similares, sem que a livre iniciativa possa intervir em sentido contrário. Por isto, os acordos internacionais, assinados por mais de cem países (entre eles o Brasil e os países desenvolvidos) e administrados pela Organização Mundial de Propriedade Industrial da ONU, admitem que cada país signatário exclua da sua Lei de Patentes os setores que considerar estratégicos. Todos os países desenvolvidos usaram deste direito, só concedendo patentes nestas áreas após adquirirem competitividade internacional. O mesmo procedimento foi adotado pelo Congresso Nacional ao aprovar em 1971 o atual Código de Propriedade Industrial Brasileira.

Retaliação norte-americana

Em 1989, o governo norte-americano, pressionado pela **Pharmaceutica Manufactures Association**, impôs sobretaxas à importação de produtos brasileiros, suspensas mediante compromisso formal de Collor em rever nossa lei de proteção patentária. O Brasil perdeu 150 milhões de dólares, mas os EUA deram mais uma demonstração de que não respeitam qualquer direito que eles mesmos reconhecem oficialmente.

Atualmente a imprensa noticia mais ameaças americanas ao Brasil, por coincidência no momento em que tramita no Congresso Nacional projeto de Lei nº 824 de 1991 e seus substitutivos, tratando da modernização da proteção à propriedade industrial no País. O governo norte- americano exige que o Brasil passe a conceder patentes nas áreas de alimentos, medicamentos, química e biotecnologia, incluindo seres vivos modificados geneticamente. Através de retaliações, os EUA querem legislar para todo o mundo. Outros países desenvolvidos como França e Inglaterra reagiram bem à forma do projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado à consideração do Senado. É desejável que o Brasil fique na sua e isto exige reflexão autônoma.

Através de retaliações, os EUA querem legislar para todo o mundo

Enquanto se refere a inventos mecânicos, o patenteamento não traz grandes polêmicas (a não ser a proposta pelos defensores da total liberdade do uso do conhecimento), pois mesmo que estes inventos se inspirem em algo existente na natureza, caracterizam-se como invenção mesmo e não como simples descobertas. Quem poderia dizer, por exemplo, que o engenho de um helicóptero é apenas a descoberta do vôo da libélula?

O que pensar, porém, sobre patenteamento de uma substância química obtida em laboratório? Em alguns casos, sabe-se que a substância existe na natureza e em outros casos não se sabe. Não seria mais adequado admitir a patente só para o processo de obtenção e mesmo assim associado àquela substância especificamente? O cientista descobriu ou inventou a substância?

É bom lembrar que invenções ou descobertas físicas ou matemáticas são em geral agraciadas com honrarias. Ninguém tentou obter a patente da Lei

da Gravidade, da Teoria das Catástrofes ou dos Modelos de Transição para o Caos.

A questão se complica quando o objeto da patente é um ser vivo. Suponhamos que um cientista consiga alterar o código genético da formiga saúva de modo que elas passem a carregar apenas as folhas caídas das plantas e, de sobra, ainda podar e "varrer" os gramados. Nosso herói mereceria a propriedade da patente da saúva transmutada? Ele inventou a saúva e seu sistema de auto-reprodução ou apenas descobriu que determinadas intervenções no genoma deste inseto produzem tais modificações em seu comportamento? Esta dúvida precede as questões éticas, morais e religiosas envolvidas na admissão de patentes sobre seres vivos.

Mais exigências americanas

Lançados estes pontos para discussão — e esperamos que ela seja realizada também no Senado — analisamos outras exigências dos Estados.

A águia americana deseja que o Brasil conceda patentes com efeito retroativo, algo de que não se tem notícia na história mundial, já que um dos pré-requisitos para a proteção patentária às invenções é o da novidade.

Ela quer também que a nova lei entre em vigor um ano após sua sanção. Os países desenvolvidos deram prazos de carência entre cinco e dez anos para que seus setores produtivos se adaptassem às novas regras, e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) sugere quatro anos para processos e nove para produtos.

Os EUA exigem ainda que a lei brasileira garanta a detenção de uma patente pela simples importação do produto, sem necessidade de sua produção no País. A patente poderia funcionar apenas como empecilho à indústria nacional. Assim, ao contrário, a lei brasileira deve ter a salvaguarda da licença compulsória, segundo a qual o titular de uma patente é obrigado à respectiva produção local, sob pena de ter que cedê-la à concorrência mediante o pagamento de **royalties** préfixados.

E a águia chega a exigir que o Brasil amplie o prazo de validade das patentes de quinze para vinte anos, isto em uma era em que produto e processos se tornam obsoletos cada vez mais rapidamente. Dá para entender?

O lado brasileiro

Como afirma Rogério César de Cerqueira Leite (Folha de S. Paulo - 6 de abril de 1993), só os muito ingênuos e os muito ladinos continuam afirmando que os EUA usam de coação para impor uma nova legislação de patentes pelo Brasil porque estão interessados no desenvolvimento brasileiro.

Caso o Brasil ceda à chantagem americana, estarão agravadas nossas desvantagens na produção e comércio de manufaturas e descartada a possibilidade de que o País atinja maiores graus de competitividade e capacidade inovativa: nosso papel na divisão internacional do trabalho será inexoravelmente determinado pelos países ricos.

Para finalizar, afirmamos que o instituto da patente há muito passou a atuar contra um de seus objetivos principais, a saber: a livre circulação das idéias inventadas, por meio de sua publicação.

Atualmente, muitos cientistas deixam de publicar seus resultados na perspectiva de obter algo que seja patenteável e países como os EUA limitam o acesso a estrangeiros a seus cursos de pós-graduação e às sociedades científicas. Em síntese, as patentes tornaram-se empecilho ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

REFERÊNCIAS

1. Rogério César de Cerqueira Leite - Carta Patente e Interesse Nacional - Boletim UFMG de 24.03.93.

2. João Elmo Schneider - Patentes e Biotecnologia: estímulo ou obstáculo ao desenvolvimento e inovações - Ciência Hoje, vol. 15, nº 88.

3. Carlos M. Correa - Las nuevas reglas sobre propriedad intelectual y sus consecuencias para el comercio de tecnologia - Revista Derecho Industrial nº 37 de janerio/abril de 1991 (Argentina).

4. Patenteamento da Vida - Publicação da AS-PTA/Assessoria e Serviços em Agricultura Alternativa - janeiro de 1993.

5. Dossiê sobre a Lei de Patentes - AS-PTA.

6. Dossiê das Patentes - Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento.

7. Carlos Rosseto - O Mundo sem patentes será mais justo - Guia Rural. Ano 3, nº 9 de 1989.

8. Carlos Jorge Rosseto - Monopólio de patentes e a pobreza do povo - Revista Princípios nº 25 e ADUNICAMP, Caderno 7, julho de 92.

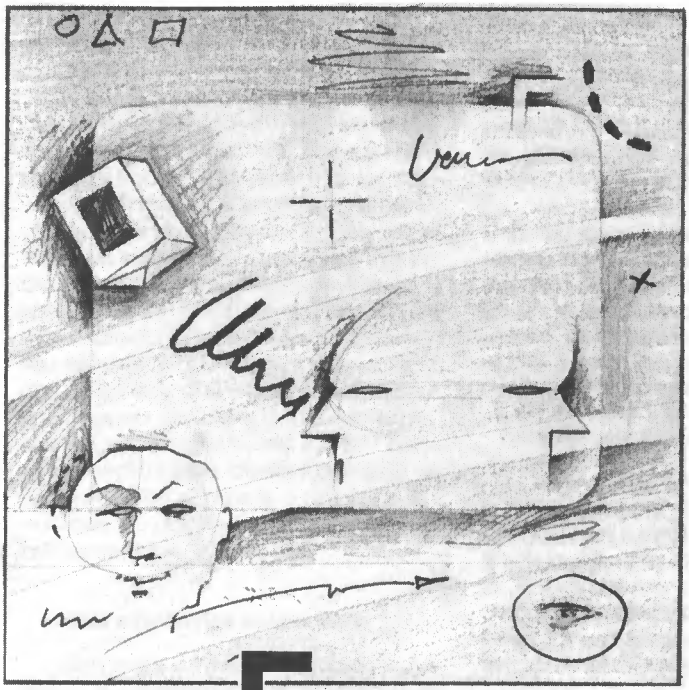
9. Declaração do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso à imprensa - O Globo - 10.05.93.

10. Futuro Assassinado - Intervalo (Especial) - Sindicato dos Professores de Minas Gerais março/abril 93.

11. Ana Regina Holanda Cavalcanti - O Sistema de Patentes e a Biotecnologia - Jornal da Ciência Hoje, nº 268.

12. Ênio Condoti - Propriedades e Impropriedades de uma lei - Edição da Revista Ciência Hoje - vol. 15, nº 88.

José Maurício Machado da Silva
Professor do Departamento de Matemática da UFMG e Presidente da APUBH - Associação Profissional dos Docentes da UFMG e Seção Sindical da ANDES-SN na UFMG.



ENSAIO

■ O mundo talvez não corresponda às imagens técnicas apresentadas, alerta o professor Júlio Pinto, ressaltando que, mentirosas ou não, elas têm sido fator de mutações da sociabilidade contemporânea e se constituem num poderoso desafio epistemiológico

JÚLIO PINTO

Desconfiar das imagens é sinal de consciência

Há quem acredite — a maioria de nós, eu acho — que as imagens que nos chegam o tempo todo, todos os dias, refletem essa ordem de coisas a que se costuma dar o nome de realidade. Na verdade, não é difícil acreditar nisso, da mesma maneira que é fácil acreditar que a ficção mente ou a ciência diz a verdade.

Não é difícil crer nisso porque uma fotografia, ou o conjunto de pixels que forma a imagem da televisão, por exemplo, parece ter uma função análoga à de um espelho, isto é, parecem dar conta cabal daquilo que apresentam.

Entretanto, como diz Freud (Ora, mas Freud não diz. Só faço uso dessa pretensa citação porque estou escrevendo em palavras, palavra é signo, e signo eu posso usar tanto para dizer a verdade quanto para mentir), a coisa não é bem assim e o buraco é mais embaixo. Há uma grande diferença entre o que o espelho espelha e as outras imagens mostram, e a diferença está em que a imagem do espelho tem um estatuto sígnico diversos de outros tipos de imagens, que parecem ser signos de maneira mais evidente.

Explico-me. O que faz um espelho? Ou, em outras palavras, o que é que se dá quando alguém se põe defronte de um espelho? — A obviedade dessa pergunta merece uma resposta igualmente óbvia: alguém que se coloca frente a um espelho se vê lá, do outro lado. E mais, vê-se com todo os detalhes, com todas as rugas, todos os cabelos brancos (se ainda os tiver), a flacidez da pele, as bolsas sob os olhos, todos os inequívocos sinais, toda a crua e nua dureza da verdade: estou ficando velho, meu Deus.

O espelho jamais mente. O espelho é cruel. E se esse alguém não vê aquela horrível imagem de senectude, o fato é que esse alguém está se enganando.

O enganador não é o coitado do espelho, cuja única função é refletir: ele não tem nada a ver com isso.

Há mais. Umberto Eco mostra, no ensaio "Sobre os Espelhos", um outro aspecto dessa superfície polida cujo mister no mundo é mostrar de volta aquilo que se põe frente a ela. É um aspecto bem menos óbvio, mas, talvez por isso, bem mais interessante.

Diz Eco que essa função de mostrar aquilo que se coloca defronte a ele faz do espelho o análogo, no mundo das imagens, do pronome pessoal. Assim como o eu que, quando usado por mim refere-se a mim e quando usado por você refere-se a você, a minha imagem virtual aparece quando eu vou fazer a barba, e a sua aparece quando você vai passar batom, por exemplo. Eu não posso fazer com o espelho o que faço com uma fotografia: enviá-lo a alguém como se fosse a minha imagem. Quando ele chegar lá, mostrará a imagem de quem o recebeu.

Em outras palavras, nessa perspectiva, o espelho se refere sempre a uma instância única, singular, pessoal, intransferível e absoluta, e não é como um nome próprio. O nome próprio é o que poderíamos chamar de tipo (em jargão de semiótica isso seria um legissigno, um signo que é lei). A idéia de lei é o que está implícito num nome qualquer, digamos, Manuel, v.g.: todo ser humano do sexo masculino, especialmente se nascido em Portugal, poderia, presumivelmente, chamar-se Manuel.

O interessante é que o nome próprio pode mentir, como facilmente atesta a legião de fantasmas titulares de escandalosas contas bancárias aqui na pátria amada. Ora, o nome próprio é uma espécie de símbolo indicial, isto é, uma convenção (uma lei, portanto) que designa ou aponta um determinado indivíduo, mas não perde uma certa generalidade. Assim como a imagem do espelho, o nome próprio é um identificador, mas diferentemente daquela imagem, que é absolutamente singular, ele constitui um tipo, muito mais que uma instância. Além do mais, o nome próprio pode ser, e geralmente o é, parte integrante de um discurso. A imagem especular, ao contrário, não é constituinte de nenhuma linguagem: ela simplesmente é.

Isso não quer dizer, obviamente, que eu não possa usar espelhos como refletores de luz para enviar mensagens ou não possa fazer montagens com eles (um labirinto, por exemplo), destinadas a enganar pessoas. O que importa é que, ao refletir, o espelho continua, verdadeiramente, a mostrar aquilo que se põe em frente a ele, mesmo que seja uma imagem refletida em outro espelho. Nesses casos, o espelho funciona como um veículo, mas não como parte integrante da mensagem.

Vou insistir: o espelho parece ser um absoluto. Quem quer que se poste frente a ele (se não for um vampiro, é claro, de vez que se sabe que os vampiros não têm imagem, talvez por serem, eles mesmos, espelhos onde nós, os vivos, nos miramos) terá sua imagem refletida. O nome próprio — e, como vou mostrar, os outros signos — tem um caráter de relatividade ou, pelo menos, de não-absoluto, que a pura especularidade não apresenta.

Qualquer signo é qualquer coisa que esteja no lugar de qualquer outra coisa para qualquer pessoa. Estar no lugar de implica a ausência física da referência do signo: ser signo é referir-se a um objeto e, ao mesmo tempo, apontar para a falta dele. No caso do espelho, o objeto tem que estar lá, o que quer dizer que a materialidade da referência é absoluta e a falta não se dá.

Entretanto, ninguém precisa ver nuvem e chuva juntos para saber que nuvem é sinal de chuva. Isso já é uma ocorrência regular — e, por isso, uma lei

—, que pode, ocasionalmente, falhar. A possibilidade de desvio é parte integrante de qualquer generalização, isto é, uma generalização nunca é absoluta, exatamente porque não trata a realidade como singular e a sua referência não é material.

Um signo é, de alguma forma, ou uma generalização ou uma ocorrência singular que tenha em seu bojo essa generalização. Nesse sentido, o signo tem um caráter simbólico. Qualquer signo supõe uma generalização que garanta sua inteligibilidade (é só isso, e nada mais, que empresta ao signo seu ser simbólico). Se vejo um **cocker spaniel**, sei que ele é não apenas uma ocorrência singular, mas também um representante de uma raça inteira de cães caracterizada por orelhas caídas e um temperamento afável.

É precisamente essa generalidade do signo que permite o embuste. Lembro-me de um criador de ovelhas no Sul que chegou aos telejornais por ter comprado um carneiro preto, campeão de sua raça. O que levou o criador à ribalta na mídia não foi, entretanto, o fato de ter comprado um carneiro campeão. Foi uma chuva que, ao lavar a tinta preta que cobria o animal, revelou que ele não era um exemplar da tal raça.

Houve, nesse caso, um desvio, resultado de uma manipulação consciente. Desvios são conseqüências de duas possibilidades: ou de uma interpretação errônea do signo, em cujo caso temos o engano, ou de uma intervenção direta nos processos de significação, quando se produz a mentira, isto é, conduz-se o sujeito a uma interpretação errônea do símbolo. Essa intervenção, como vimos, só pode se dar naqueles processos não-absolutos.

Já sabemos que a imagem especular é uma referência unívoca e absoluta. Sabemos também, mesmo que empiricamente, que é possível, através de vários recursos técnicos, manipular imagens como a da fotografia ou a da televisão. Segue-se que essas últimas apresentam um estatuto de signo muito diferente do espelho e não são, portanto, especulares. Na verdade, elas mentem até ao jogar com essa aparência de parentesco com o espelho. Esse é, aliás, um recurso para reforçar sua credibilidade aos olhos do público. Ao se apresentarem como mímese especular, elas escamoteiam sua constituição mediadora, sua condição de signo da falta.

Desvios são consequências da interpretação errônea do signo ou intervenção direta nos processos de significação

Não estou aqui dizendo, vejam bem, que, por ser signo, a imagem de televisão é necessariamente mentirosa. Estou simplesmente apontando seu caráter simbólico e, por isso mesmo, a sua possibilidade de vir a ser mentirosa, mesmo que o discurso imagético em que está inserida e o discurso verbal que a circunda apresentem um nexo de tal forma coerentemente construído que dê a ela a credibilidade de que necessita para se fazer ver.

Já que ser signo supõe a falta do objeto, o signo não pode contar com

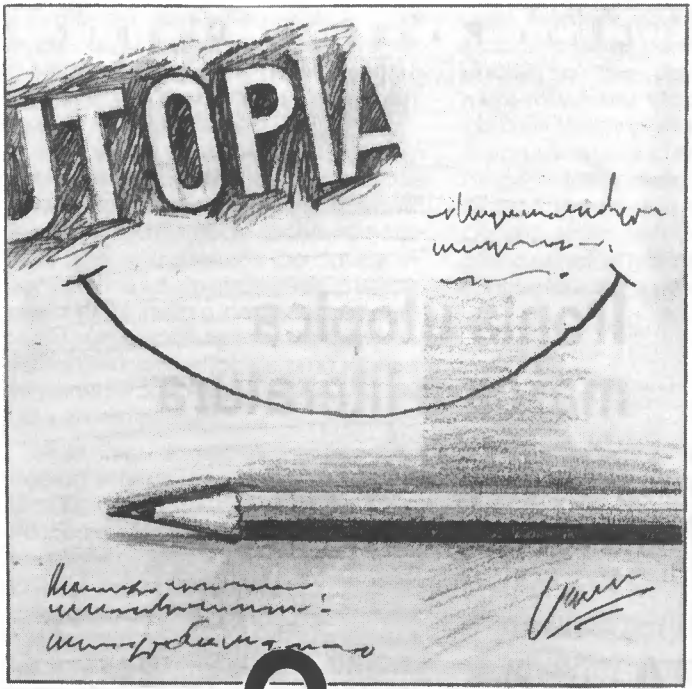
esse objeto para garantir sua verdade. Ele, construção, tem que lançar mão de outras construções (os arranjos discursivos, sejam eles verbais ou não) que lhe emprestem plausibilidade, isto é, um nexo de sentido. A propósito, não seria isso o que se convenciona chamar de Realismo?

Seja como for, a singularidade do espelho não mudou o mundo. O espelho sempre esteve aí. E mais, ele ocorre em estado livre na natureza, é um objeto natural, e o natural é singular (mas não é singular o discurso sobre o natural, que é sígnico e, portanto, passível de engano ou mentira). Ora, uma só andorinha não faz verão: a própria singularidade do espelho compromete sua eficácia comunicadora e a sua participação nas relações sociais.

A imagem técnica, ao contrário, livre de seu compromisso com o objeto, alinha-se com os outros signos, as outras construções, aquelas que podem mentir ou não, que a humanidade já conhecia e que têm produzido radicais mudanças como efeito de sua ação. Afinal, a humanidade vem convivendo com a mentira desde que começou a usar signos, mas, em termos de tendências teleológicas, o erro é sempre correlativo do acerto.

Mentirosa ou não, a imagem técnica vem sendo um importante fator nas mutações, cada vez mais vertiginosas, da sociabilidade contemporânea e constituem um poderoso desafio epistemológico ao qual não podemos deixar de responder. Um primeiríssimo passo dessa resposta seria a consciência de que o mundo talvez não corresponda exatamente àquilo que essas imagens nos mostram, nem que seja para depois descartar essa consciência como desimportante.

Júlio Pinto
Professor do Departamento de Comunicação Social da UFMG



CULTURA

- A professora Lélia Parreira Duarte faz uma análise do estilo utópico com o componente irônico presente na literatura portuguesa, como crítica camuflada de uma realidade considerada indesejável e necessitada de mudanças
- O professor Luiz de Carvalho Bicalho destaca as origens da faculdade de Filosofia, com vários casos de professores e alunos, desde que começou a funcionar na Casa D'Itália

LELIA PARREIRA DUARTE

Ironia utópica marca a literatura portuguesa

As circunstâncias geográficas e históricas de Portugal determinaram a constituição de um tipo de mentalidade propícia às viagens e às descobertas e também ao desenvolvimento das utopias, tanto na perspectiva com que se viam (ou se vislumbravam ou imaginavam) os mundos descobertos e por descobrir, quanto na que idealizava a pátria a que se deseja sempre regressar. Foi natural, assim, que se criassem na literatura portuguesa textos preocupados com a narração de viagens e de grandes feitos, e se desenvolvessem temas ligados à utopia, como o do saudosismo e do sebastianismo; foi natural também, entretanto, que se escrevessem obras marcadas por um distanciamento ironicamente crítico em relação aos elementos idealistas e míticos daquela perspectiva utópica.

O conceito de utopia tem um componente ambíguo decorrente da dupla etimologia que se lhe atribui: "oú-topós" e "eu-topós", respectivamente não lugar e bom lugar. Sendo a representação construtiva de um mundo até certo ponto possível, na perspectiva do desejo do homem, a utopia revela-se afinal um lugar ideal impossível de atingir em sua totalidade. É assim sobre o jogo do possível/impossível que se constrói a utopia, produto da imaginação e do desejo, da revolta e do inconformismo, da capacidade do ser humano de emigrar do presente para o passado mais remoto ou para o futuro mais longínquo. A utopia parece derivar assim do poder racionalizador do homem, que ao observar uma realidade desordenada e contrária ao seu desejo, ironicamente procura reverter essa situação negativa, transformando ficcionalmente o negativo em positivo e encontrando na plenitude sonhada remédio para as carências e males da civilização em que vive. As duas possíveis etimologias do termo resultam portanto nessa

polivalência semântica, pois o lugar ideal configura-se como inexistente: trata-se do ponto para o qual se volta o desejo, que o ser humano sabe de impossível realização.

A utopia é, supostamente, uma solução para os momentos de crise, que se tornaram freqüentes com o advento dos chamados Tempos Modernos, a partir do Renascimento. Ao configurar soluções difíceis ou inverossímeis, a utopia revela entretanto o componente irônico de sua constituição e faz camufladamente a sua crítica de uma realidade considerada indesejável e necessitada de mudanças.

A ambigüidade inerente ao texto utópico tem provocado diferentes leituras desses textos, que têm sido vistos ora como obras sérias, sátiras no sentido didático, desafios e conjunto de sugestões para debates, ora como ficções, brincadeiras, ***jeux d'esprit***, ou sátiras apenas na perspectiva de fazer rir. Isso significa que todos esses elementos convivem realmente no texto utópico, cujo principal componente será a ironia, em seus diferentes aspectos: incongruência entre desejo e realidade ou possibilidade, consciência da impossibilidade de estabelecimento de um sentido fixo e também da importância do outro para a definição ou eu e da perspectiva que se pode ter da realidade. Tudo isso se resumirá na obra literária, afinal, na valorização do leitor, a partir de um autor que identifica o seu ponto de vista, confiando na capacidade de percepção do receptor, a quem atribui, de certa forma, a responsabilidade por um sentido reconhecidamente impossível de fixar.

A obra do inglês Thomas More — Utopia — escrita em 1515-16, parece ratificar a pertinência dessas reflexões: nela o autor cede a voz a um narrador identificado como Rafael Hitlodeu, que responde com o elogio da sageza ao **Elogio da loucura** de Erasmo. Essa sageza é entretanto ironicamente localizada em parte nenhuma, ou em Nenhures, na "ilha" denominada Nusquama e mais tarde **Utopia.** É assim que a obra de More inaugura o dialogismo na literatura: no plano intertextual, pelo diálogo entre os dois autores/textos; no plano intertextual, pelo diálogo/divergência entre autor e narrador, e no plano extratextual, pelo diálogo do autor com o leitor extradiegético.

A utopia parece derivar do poder racionalizador do homem que ironicamente procura reverter uma situação negativa

A ambigüidade do texto de Thomas More fez com que ele fosse classificado das mais diferentes formas: como ensaio político-especulativo, como um diálogo na tradição de Platão, Cícero, Santo Agostinho e Petrarca; como uma peça de literatura de viagens imaginárias; como uma paródia a qualquer desses gêneros, e como uma "utopia", ou obra da literatura utópica, que lhe é muito anterior, mas à qual deu o nome. Isso é natural, considerando-se o caráter irônico desse texto que antecipa a Idade Moderna ao apresentar características de todos esses gêneros e, principalmente, ao mostrar-se consciente de seu caráter de representação.

Na época de Thomas More, o co-

mum era julgar o homem que a realidade se confundia com a imagem; a linguagem seria algo transparente e conhecer equivaleria a interpretar, seria como que o retorno a um texto primitivo. Havia uma grande preocupação com a fidelidade à imagem, considerando-se a representação como capaz de reproduzir a realidade. Mostrando-se avançado em relação ao seu tempo, Thomas More tem uma atitude diferente, pois deixa em sua obra as marcas do seu fazer, semeando no texto os indícios de ser ele o resultado de uma consciência em atividade, sendo a linguagem vista como ação daquele que fala e não uma reduplicação das coisas. Se a sageza está "nenhures", a linguagem que fala dela é como a "máscara do nada" de que fala Mallarmé; e a presença no texto de um narrador/personagem de papel, uma espécie de heterônimo do autor, configura na obra a presença moderna de um representante da representação.

A ironia de More tem assim uma dupla função: além de ratificar a crítica de Erasmo aos desmandos de uma sociedade, atribui ao homem a capacidade de criar mundos através da linguagem. Seu texto apresenta- se então como simulacro, como fingimento de outra coisa, somando à tarefa de representar a de produzir realidades, e também a de estabelecer comunicação entre autor e leitor. O personagem/narrador da **Utopia** é configurado como um navegador português que, como viajante e descobridor, estaria bem indicado para contar o que vira numa ilha tida como desconhecida ou inexistente; caracterizado também como culto e viajado, estaria perfeitamente adequado ao papel de expositor de impressões críticas relativamente à terra que visitava, a Inglaterra. Uma perspectiva camuflava a outra, como se a obra se construísse em duas camadas, numa técnica avançada anunciadora de métodos modernos de construção textual.

O fato de caracterizar-se esse narrador como um navegador português parece abrir, de imediato, uma possibilidade de aproximação entre a **Utopia** e a **Peregrinação de Fernão Mendes Pinto.** Também escrito no século XVI, embora mais tarde, esse texto é aparentemente apenas um relato de viagens, mas constitui talvez o único documento português da época a denunciar e a condenar a ideologia das cruzadas, cuja intenção confessa era a busca de expansão da fé cristã. Assim como a **Utopia** a **Peregrinação** escreve-se em primeira pessoa, construindo-se com uma estrutura autobiográfica. Essa perspectiva individualizada de um eu que narra, assim como a presença de elementos fantásticos, sabidamente ficcionais, parecem demonstrar que, assim como a **Utopia,** a **Peregrinação** procurava driblar uma censura pronta a cercear qualquer crítica que colocasse em dúvida a intenção salvífica vista como objetivo das cruzadas. Com uma capa/máscara de religiosidade e de respeito à Igreja e à coroa portuguesa, e protestos de humildade e de ortodoxia, a **Peregrinação** satiriza ironicamente o heroísmo, mostrando a sua relação com a ideologia; inverte a posição dos tradicionalmente vistos como civilizados e como bárbaros (os portugueses e os povos encontrados) e apresenta idéias avançadas relativamente a um Deus superior a cultos e ritos.

A instabilidade de gêneros e a fragmentação do texto são elementos modernos que servem de camuflagem às denúncias feitas por essa narrativa que embrulha as críticas em linguagem, costurando longas narrativas, cartas e descrições ingênuas, numa perspectiva de quem aparentemente não compreende o que narra. Essa técnica, refinada pela freqüente substituição do sujeito narrativo e aliada a suspense constante, faz

da leitura do texto de Fernão Mendes Pinto um exercício instigante, principalmente porque o leitor sente necessidade de tirar suas próprias conclusões, acabando por participar mesmo, de certa forma, da construção do texto.

A revelação de estratégias de fingimento e de jogos de engano, nas histórias contadas, feita constantemente pelo narrador ingênuo, bem como a multiplicidade de situações teatrais ou compostas com elementos de encenação, no texto, evidenciam os artifícios de sua construção e desvelam o seu caráter de representação. Indica-se, assim, a técnica irônica de uma sátira que engana a censura e revela o seu sonho de um mundo utópico, onde o homem valorize o seu semelhante e o respeite como um outro. O narrador ingênuo do texto da **Peregrinação,** assim como o da **Utopia,** pode ser visto portanto como um estratagema de comunicação, pois é através dele que o autor se comunica com o leitor capaz de perceber a duplicidade de sentido de sua obra.

O bosque harmonioso, de Augusto Abelaira, retoma e complexifica no século XX os artifícios da literatura utópica de More e Fernão Mendes Pinto. Seu narrador é uma personagem — ser fictício — que simula encontrar e traduzir um manuscrito em que se narram viagens, nas quais se finge trabalhar pela catequese e pela salvação de indígenas, macacos e habitantes da lua. Além de ostensivamente mostrar a fantasia com que se constrói, o romance multiplica os narradores/leitores/apropriadores de textos que, supostamente ingênuos, contam os artifícios utilizados para a "catequese", revelando ao mesmo tempo as vantagens auferidas pelos "viajantes/catequistas" com a introdução da religiosidade, a qual estabelece diferenças e divisões e torna mais fácil a rapinagem e a apropriação de riquezas.

A revelação de estratégias de fingimento e de jogos de engano evidenciam os artifícios da construção do texto

O bosque harmonioso repete portanto idéias e relata fatos já registrados na **Utopia** e na **Peregrinação,** aproveitando desta última também a construção em fragmentos, elementos fantásticos e até situações, personagens e diálogos. Mais que a obra de Fernão Mendes Pinto, porém, **O bosque harmonioso** torna evidente o fato de ser uma representação construída por uma consciência em ação, que leva o fingimento às últimas conseqüências. O relato de sucessivas apropriações de textos, a seqüência de narradores e de leitores, a narração do esforço ingente da personagem para construir um texto sedutor, capaz de dar-lhe significação, são artifícios que o romance de Abelaira acrescenta à **Utopia** e à **Peregrinação.** Ao apresentar um texto que finge que finge que finge, Abelaira parece desmistificar de forma mais elaborada que nos dois textos anteriores uma outra utopia: aquela que refere a literatura a uma realidade que lhe é exterior e que ela deve representar. Porque **O bosque harmonioso** (des)vela para o leitor atento o material com que se constrói: revela a urdidura de seu tecido, o trabalho de sua criação, a importância de sua leitura e do conhecimento cultural para a construção da trama literária.

Ao mostrar a frustração de um narrador dominado pelas artimanhas de seu próprio discurso, **O bosque harmonioso** destrói o último sustentáculo da utopia de More e de Fernão Mendes Pinto, pois demonstra que a literatura não é capaz de castigar os costumes e renovar as utopias, de forma plena e satisfatória, pois o homem apenas ilusoriamente domina a linguagem, sendo na realidade dominado por ela. Apesar disso, assim como a **Utopia** e a **Peregrinação, O bosque harmonioso** não tem afinal uma postura céptica e melancólica, mas revela uma crença mais profunda que não cessa de se renovar, reafirmando, com idealismo (utópico?), a sua crença no homem e na sua capacidade de comunicação.

Lélia Parreira Duarte
Professora Titular de Literatura Portuguesa
da Faculdade de Letras da UFMG

LUIZ DE CARVALHO BICALHO

A multiplicidade da faculdade de Filosofia

Que pretendiam os jovens que, em 1939 e 1940, passaram a freqüentar aquele casarão da rua Tamóios? Teriam êxito em qualquer das profissões convencionais — direito, medicina, engenharia... Mas preferiram aquela vaga Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, então criada. Na verdade, de início eram em parte diletantes, que ali procuravam algo como um ornato intelectual e em suas casas promoviam encontros regados a ponches, saraus literários de gosto duvidoso, que lembravam clubes tão parecidos aos dos parnasianos. Mas mesmo no início havia os que tinham feito uma opção intelectual.

A Faculdade, ainda não reconhecida, oferecia no começo cursos não muito regulares, na área das humanidades. Ela só seria reconhecida no final de 1940, e, em 1941, após seu primeiro Exame Vestibular, passou a funcionar no Colégio Marconi, que me lembro com cursos regulares de filosofia, sociologia, geografia e história, letras clássicas, neo-latinas e anglo-germânicas, e matemática. Diferenciava-se das outras faculdades por oferecer "ciência pura" e não apenas cursos profissionalizantes. Cursos como os de filosofia e sociologia não possibilitavam mesmo qualquer atividade profissional, pois essas disciplinas sequer eram lecionadas no curso secundário.

Como se vê, os alunos que ali ingressavam não primavam por uma capacidade de adaptação social modelar. Lembro-me bem dos primeiros, já lá se vão cinqüenta anos. Sim, a inquietação nasceu com esta casa.

Curiosamente, a fundação da faculdade deveu-se à iniciativa de professores comprometidos com o fascismo, então em ascensão. Há na parede da sala nobre desta Faculdade um retrato bastante significativo de seu núcleo fundador. Todos, sem exceção,

tinham sido ou eram comprometidos com o fascismo. Um foi mesmo membro da Câmara dos Quarenta, o mais alto órgão da Ação Integralista Brasileira. Outro, italiano de nascimento, não deixava por menos: dispensava a intermediação integralista.

Mas não se deve tomar esse fato muito a sério, ou pelo menos considerá-lo de forma excessivamente estrita. Era freqüente então a mistura de nacionalismo, conservadorismo, catolicismo, povos anti- comunista levar as pessoas ao Integralismo. O pretenso renascimento italiano de Mussolini enchia também de orgulho nacional os **oriundi** da camada média para cima, e mesmo filhos seus.

Um dos retratados, entretanto, merece atenção especial, nosso saudoso e querido professor Velloso. Ex-integralista ou não, era, isto sim, ardoroso germanófilo. Certamente por influência de seu antigo professor da Escola de Direito, Francisco Campos, de quem admirava entusiasticamente a inteligência e a formação filosófica alemã. Era frase freqüente do professor Velloso: "Perdemos a guerra." E assumindo caracterização cunhada, creio, pelo diário comunista "Tribuna Popular", bradava: "Eu sou nazi-nipo-integral-fascista!"

Nós, então alunos e amigos, nunca levamos seu fascismo a sério. Mestre, como carinhosamente o chamávamos, o senhor não passa de um liberalão, dizíamos.

Que não nos levem demasiado a sério, mas... "falta alguém em Nuremberg". Do retrato não faz parte Vincenzo Spinelli. Inteligente, brilhante, segundo constava, um aventureiro. Foi dos maiores animadores da criação da Faculdade de Filosofia. Era, creio, adido cultural do consulado italiano, pelo menos de fato. Nosso anfitrião, portanto; pois a Faculdade começou a funcionar na Casa d'Itália, ali se hospedando por cerca de dois anos. E só saiu para funcionar no Colégio Guglielmo Marconi.

Tanto uma como o outro eram organizações oficiosas do governo italiano. A Casa d'Itália então era decorada por frases em relevo (argamassa ou cimento) deste tipo, logo à entrada do prédio: IL DUCE HA SEMPRE LA RAGIONE. Ainda bem que não preferiram outras do próprio Mussolini, como "Hei de pisar no cadáver macerado da liberdade", ou esta, de trágica ironia, em face do fim do Duce, e que fica melhor em espanhol: "Yo nací con la enfermedad de la grandeza."

Dois episódios revelam o clima existente na direção da Faculdade àquela época. Tinha sido convidada pela Embaixada italiana para uma excursão ao Rio de Janeiro, professores e alunos. Entre aqueles, os alunos escolheram o professor San Filipo Silvestre, bastante jovem ainda, italiano recém-vindo ao Brasil, que não poupava críticas abertas ao fascismo. Na Estação, recebeu-nos euforicamente, de maneira trepidante mesmo, à italiana, Vicenzo Spinelli. Mas quando deu com San Filipo sua fisionomia se transtornou: - O que é que você está fazendo aqui? E com uma discussão nesse nível passaram logo para o italiano, que ninguém mais os entendesse. A conclusão: San Filipo estava afastado da delegação.

Os estudantes procuramos o chefe da delegação, que era o próprio diretor da Faculdade. Explicamos que o professor San Filipo era nosso convidado e que não tinha sentido afastá-lo da delegação só porque pensava diferente do professor Spinelli. O diretor prometeu tomar providências. Não foram tomadas, o que levou a uma brincadeira com colegas: Só pedindo asilo na Embaixada do Brasil...

Além do almoço na Embaixada da Itália, estava programada uma visita ao Núncio Apostólico. Quando chegou minha vez nos cumprimentos, fiz até

uma discreta e respeitosa reverência, mas não beijei o anel de sua eminência.

Na manhã do dia seguinte, ao entrar no refeitório do hotel onde os hospedávamos, notei que o diretor da Faculdade, tomando café em mesa rodeada de colegas meus, me criticava por não ter beijado o anel do Núncio. Observei que o professor, como educador, deveria ao contrário respeitar a independência de um educando. Replicou ele dizendo que eu não fora obrigado a participar da visita e ao fazê-la, sua fisionomia começou a se alterar. Afastei-me, não me empolgava aquele bate-boca.

E os alunos? Eram infensos àquele "clima espiritual" e, em certas circunstâncias, até declaradamente hostis. Episódio que passo a narrar o mostra.

No primeiro semestre de 1941 a Faculdade convidara o adido cultural da Embaixada da Itália para fazer uma palestra. Por sinal, posteriormente como embaixador, ele é que nos convidara à excursão antes mencionada. Habitávamos ainda a Casa d'Itália. Coincidentemente, havíamos marcado a eleição para a diretoria do primeiro diretório estudantil mais ou menos no mesmo horário da palestra. Por inexperiência, fizemos nos Estatutos uma exigência de quorum muito elevada, e não estava fácil atingi-lo. O professor que dirigia de fato a Faculdade (o diretor de direito tinha uma função mais honorífica) a todo momento ia à sala onde se realizariam as eleições para saber se havia quorum, pois contava conosco para fazer número na palestra. De certa feita não se conteve, com seu jeito apressadinho: — É, não vai dar quorum mesmo — dissolveu a reunião, acrescentando: — Mesmo porque isto de eleições está meio desmoralizado. Reagimos: — Bem, professor, a casa é sua, somos hóspedes.

Nenhum aluno foi à palestra, com uma exceção, exatamente o candidato a Presidente do diretório, por sinal, coincidência ou não, ex- integralista. Ninguém mais se interessara pelo cargo. Sua candidatura morreu naquele momento. Logo depois, com quorum e tudo, foi eleito outro colega que, em face dos últimos acontecimentos, aceitou candidatar-se.

Com o reconhecimento da Faculdade, passou ela a funcionar no Colégio Marconi. A Casa d'Itália já não a comportava.

"Fiz até uma respeitosa reverência, mas não beijei o anel de sua eminência"

Mas as modificações mais significativas da Faculdade decorriam de fatores exteriores a ela. Os tempos já não eram mais os do famoso discurso de Getúlio no cruzador Minas Gerais. — É o início de uma nova era tumultuosa e fecunda. — possivelmente escrito por Francisco Campos. A aversão dos brasileiros pelo eixo fascista e a pressão do governo dos EE.UU forçaram uma reviravolta na inclinação da política externa do governo. Não se pode desligar dessa modificação a mudança da Faculdade para o Instituto de Educação em 1942 e nem a de sua direção para pessoa ligada ao governo. Na verdade esta foi uma solução de compromisso, bem à mineira, pois o novo diretor era também genro do cônsul da Itália.

Ainda em 1942 os japoneses bombardearam navios brasileiros em nossas costas, provocando uma comoção na-

cional. Lembro-me bem, morava perto do Palácio da Liberdade. A certa altura da noite passo a ouvir um rumor largo e contínuo. Algo a que não estava habituado. Era a multidão que chegava ao Palácio vinda da Praça Sete. Reclamada a presença do governador, este compareceu. — Fala, Renê!, reclamam vozes. E o saudoso poeta parnasiano Renê Guimarães, grande e soberbo, começa seu discurso: — "Na Grécia Antiga"...

O clima era propício ao voluntariado. Mas Getúlio não estava por tais soluções. Depois de dar vazão à revolta popular, permitindo e de certo modo promovendo monumental quebra-quebra nacional, ordenou o caudal. Os estudantes se movimentavam. Mas a certa altura suas reuniões passaram a ter a presença de um coronel do exército, por sinal, ex- integralista. Propunha-se que os estudantes universitários participassem do desfile das forças armadas nas comemorações de Sete de Setembro.

Os estudantes da Faculdade de Filosofia participaram unanimemente, incluindo as filhas do governador, suas alunas. E quem assistiu a essas comemorações deve lembrar-se que as palmas da população se destinavam sobretudo aos estudantes universitários.

Depois de certo tempo pressão americana, negociações; pressão popular, sobretudo dos estudantes —, Getúlio organizou a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Mas não cessou aí a participação dos estudantes da Faculdade de Filosofia. Escola pequena, tendo começado seus cursos regulares em 1941, teve aluno seu eleito 1º Vice-Presidente da UNE, em seu Congresso Nacional de 1943, esse mesmo aluno presidindo o congresso seguinte, em julho de 1944.

A Faculdade prosseguia suas atividades. Ao vestibular de 1941 sucedeu o de 1942 e assim por diante. Seus cursos se ampliavam e com a instauração dos de História Natural (Biologia), Física, Química e o de Didática, para a Licenciatura de professores, além do Bacharelado, já era um embrião de universidade.

Seus professores eram recrutados entre professores universitários da disciplina a ser lecionada ou afim, professores secundários quando isso não se verificava no ensino superior e intelectuais não professores afeitos ao assunto. A propósito, conta-se episódio ou anedota do ex-deputado Federal (Getúlio fechara os parlamentos) ter sido recrutado só por estar à vista dos recrutadores engraxando os sapatos na rua da Bahia, no centro da cidade.

Em geral eram pessoas inteligentes, cultivadas, mas, de certo modo, amadores. Lecionavam gratuitamente, já que a Faculdade dispunha de pouquíssimos recursos. Não podiam dedicar-se a ela nem preferencialmente. Mas não deixavam de estar presentes em suas atividades docentes.

O auto-didatismo era uma presença forte na Faculdade, entre alunos e professores. Minha experiência direta, o Curso de Filosofia. Sua parte mais forte era a História da Filosofia, em relação à outra, Filosofia Geral. Em que pese a inteligência brilhante de seu catedrático, que até atraía alunos de outros cursos às suas salas, não passamos de Kant. Excepcionalmente, padre francês deu curso sobre Bergson. Na filosofia medieval não saímos da Patrística, apesar da boa qualidade do curso a respeito, por jovem padre iniciando-se como professor. Na outra parte, com professores em sua maioria padres e ex-seminaristas, predominava o Tomismo e até uma filosofia escolástica estrita.

Mais de uma vez os alunos usamos o expediente da "greve" para livrarnos de professor que não considerávamos à altura do curso. Caso de uma professora que pretendeu substituir o pai, conhecido professor e essa filiação

era seu título mais expressivo.

Uma dessas "greves" chegou a ser cômica. O grupo de alunos era pequeno, mas homogêneo e muito unido. Não comparecíamos a determinada aula havia semanas. O diretor procurou-nos: a situação era desmoralizante para o professor, carecia uma saída; não concordaríamos em escrever a ele uma carta de desagravo? Concordamos imediatamente e, mais, pedimos ao diretor que a escrevesse, em termos encomiosos. O diretor voltou com a carta. Assinamos sem pestanejar. Só que, à sua saída, ponderamos: Mas isso não nos obriga a assistir àquelas aulas, não é? Ele saiu rindo com a carta na mão.

Mas um traço já era marcante na Faculdade desde o início: o clima de cultura que se respirava, diferente do de hoje, que se poderia caracterizar como o de uma especialização mais ou menos estrita.

Não resisto a narrar episódios ocorrido quase vinte anos depois, por volta de 1960. Mas os personagens, todos professores, foram da Faculdade em seus começos, uns, como professores, outros, como alunos.

Tratava-se de sabatina noturna na promovida pelo professor Amaro Xisto de Queiroz em sua casa, magnífico regabofe, como diria o professor Velloso, dentre os inúmeros devidos à conhecida generosidade do professor Amaro.

Estavam presentes, se me lembro, além do anfitrião: os professores Velloso, Waldemar Versiani, Chiquinho Magalhães, Morse, Iglesias, Pedro Bessa, Herbert Magalhães e Zé Vargas, pessoas das mais diversas áreas do conhecimento — filosofia, fisiologia, física, química, sociologia, história, psicologia.

A certa altura das libações iniciou-se algo como uma justa entre Velloso, Waldemar e Chiquinho. Os demais, de outra geração, vez por outra, timidamente, arriscávamos uma rápida intervenção.

O torneio consistia em um dos três apresentar o mote — verso de Os Lusíadas ou da Lírica de Camões — para um dos outros dois dar prosseguimento. Os três se alternavam nessas funções e nem uma vez o mote deixou de ter continuidade. Iglesias disse para mim, quando íamos embora: Nunca vi reunião tão inteligente!

Bem, em 1943 conclui meu bacharelado. Não pretendia ser professor. A escola me dera o que podia.

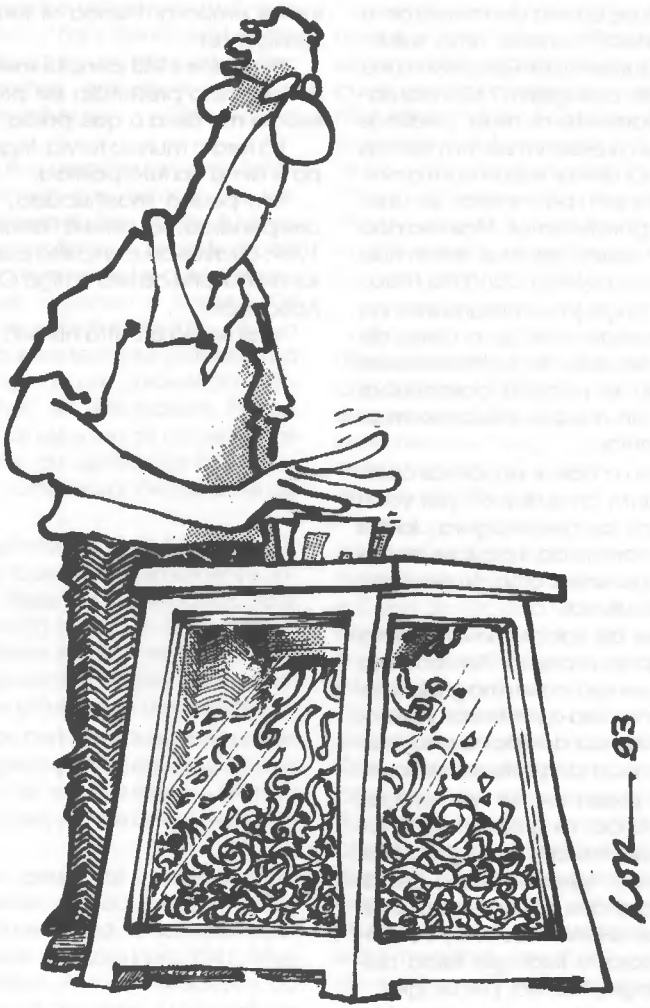
Lá fora o mundo fervia. Ingressei corpo e alma na luta política.

Um pouco machucado, mas não arrependido, só voltei à Faculdade em 1959, através de concurso para professor de filosofia de seu antigo Colégio de Aplicação.

Mas isso já é outra história.

Luiz de Carvalho Bicalho
Professor aposentado do Departamento de Filosofia da Fafich/UFMG

EXTRA



Lor
Professor da Escola de Educação Física
da UFMG

MARCUS BACAMARTE

Êxtase

Ah, uma bunda branca me emociona!
O traço, a curva — desenho preciso —
matemático muro, alvo e liso,
estandarte e brasão da bella dona.
A bunda-ícone, bunda de neve,
onde a luz da seda sinta-se sombra.
Onde o corpo role pela alfombra
e viva de prazer, que a vida é breve.
Oh, praça onde danço em apoteose!
Que geômetra te sonhou na bruma?
Estou tonto e quero mais, mais uma dose
dessa bunda-mulher que me desanca.
Se digo anca a arma-se apruma.
Quem diz anca, diz bunda, bunda branca.

Marcus Bacamarte
Professor da Faculdade de Letras da UFMG



A revista Caminhos é uma publicação semestral da Associação Profissional dos Docentes da UFMG - APUBH - Seção Sindical da ANDES/SN, voltada à reflexão dos mais variados temas atinentes à vida universitária, estimulando o debate, a crítica, a livre circulação e a pluralidade de idéias.